



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS
DOS ANIMAIS**

PRESIDENTE: XEXÉU TRIPOLI

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 29/04/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Bom dia a todos. Declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública Virtual da Comissão Extraordinária Permanente de Meio Ambiente e dos Direitos dos Animais.

Esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br no link Auditórios On-line e pelo canal do Youtube desta Casa.

A pauta desta Audiência Pública é a seguinte: As consequências da poluição e contaminação do Polo Petroquímico do Grande ABC nos bairros São Rafael, Rodolfo Pirani, Jardim Elizabeth, São Francisco, São Mateus e outros bairros da zona Leste da Capital Paulista.

A princípio, quero agradecer todos os participantes e os convidados que vieram prestar esclarecimentos, para que a gente possa fazer com que esse assunto, de uma vez por todas, seja tratado com dignidade pelo menos, porque esse problema existe no Polo Petroquímico do Grande ABC desde 2002.

O nobre Vereador Alessandro Guedes, do PT, trouxe essa pauta para a Comissão pois vem fazendo um trabalho, já há muitos anos, para solucionar essa situação e a gente não vê quase nenhuma evolução no sentido de que essas indústrias tomem providências para que isso pare.

Estamos perto da discussão da Agenda 2030, na qual São Paulo tem a obrigação e o dever de propor novas alternativas energéticas, novas alternativas para o meio ambiente, para a população mais carente desta Cidade. Então este é o momento mais oportuno para ajudar a desenvolver uma mudança, o mais rápido possível, na situação dos particulados inclusive, em São Paulo.

Registro a presença dos Srs. Dra. Maria Angela Zaccarelli Marino, médica endocrinologista e especialista no assunto; Patrícia Iglecias, Diretora-Presidente da Cetesb; Cristiano Kenji Iwai, Assistente Executivo da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental da Cetesb.; Maria Lucia Gonçalves Guardani, gerente da Divisão de Qualidade do Ar da

Cetesb; Dr. Carlos Bocuhy, Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – Proam; Edson Aparecido dos Santos, Secretário Municipal da Saúde; Cleuber José de Carvalho e Magali Antônia Batista, da Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental – SMS/Covisa; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representado pelo Sr. Rodrigo Ravena; Dr. Elio Lopes dos Santos, ex-perito do Ministério Público Federal; Francisco Sérgio Ruiz, gerente executivo do Cofip ABC; e dos Vereadores Ricardo Alvarez e Wagner Lima, de Santo André.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, estou no meu gabinete e gostaria de saber se eu posso assistir à sessão do Plenário ou se continuo de forma *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Eu acho que V.Exa. poderia descer, porque eu passarei a presidência ao nobre Vereador Alessandro Guedes e vou subir à Presidência para participar *on-line*. Então, não vejo problema de nós trocamos de lugar, porque estamos em três pessoas na bancada, com tranquilidade, com máscara, então não há problema e V.Exa. será muito bem-vindo para colaborar com os nossos trabalhos.

Registro a presença dos Srs. Vereadores Sandra Tadeu, Alessandro Guedes, Rodrigo Goulart, Danilo do Posto de Saúde.

Se houver algum convidado que não citei o nome, peço desculpas porque a gente fica um pouco perdido na sessão *on-line*. Fora da pandemia, quando havia Audiência presencial, a gente via as pessoas então ficava muito mais fácil.

As empresas do Polo Petroquímico de Capuava vêm sendo investigadas pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, em Santo André, desde 2002.

Em junho de 2018, foi ajuizada uma ação pública em trâmite na 2ª Vara Cível em Santo André, e até agora continuam os mesmos problemas: os moradores continuam noticiando a continuidade da emissão descontrolada de partículas de “negro de fumo” e passaram a divulgar os incidentes em redes sociais.

Em outubro de 2020, a emissão de particulado continua acontecendo de uma forma além do previsto em lei.

Passarei a presidência dos trabalhos ao Vereador Alessandro Guedes, proponente desse trabalho na Câmara Municipal de São Paulo, junto a outras Câmaras Municipais: de Santo André, de Mauá e de todos os moradores da região; que tem sido meu companheiro nessa missão ao longo do mandato passado e nesse mandato, tratando de assuntos pautados de uma forma totalmente apartidária, pois é um tema nacional, não é um tema de uma pessoa ou de um partido. Estamos aqui para tentar trabalhar o máximo possível, para encontrarmos soluções o mais rápido possível para esse problema.

Antes disso, o representante da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, Sr. Rodrigo Ravena, participa de uma reunião, às 10h30, com a Cetesb para falar sobre os particulados de poluição. Mas ele conseguiu sair dessa reunião, então eu gostaria que ele falasse no sentido de colaborar com os trabalhos. Agradeço por ter saído da reunião para nos dar uma palavra, porque é um tema muito importante.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Ravena.

O SR. RODRIGO RAVENA – Peço desculpas à Mesa, aos Vereadores presentes, aos representantes da Cetesb pois estava em uma reunião agendada às 10h30 para tratar das emissões e captura de carbono.

A Cetesb gentilmente convidou a cidade de São Paulo para integrar um debate com uma empresa que está fazendo um levantamento de sequestro de carbono e emissões na Cidade, que está muito relacionado ao tema que será debatido nesta Audiência Pública.

E a primeira coisa que quero destacar é a importância de o Legislativo estar participando diretamente, através desta Comissão, fazendo o acompanhamento das atividades de preservação socioambiental no Município. É importantíssimo que o Legislativo esteja próximo disso, até porque a Prefeitura está para lançar o Plano de Ação Climática que incorpora a discussão de particulados.

A gente não cuida especificamente das emissões decorrentes de fábricas, pois o acompanhamento dessas emissões, no Estado e no Município, é uma competência da Cetesb. A poluição provocada pelo Polo Petroquímico também é uma questão acompanhada pela

Cetesb, o monitoramento e acompanhamento das áreas contaminadas ou em processo de descontaminação é da Cetesb, mas a Secretaria do Verde faz o acompanhamento, a par e passo, com o órgão ambiental estadual. O relacionamento é muito bom, as denúncias que chegam são sempre encaminhadas para a Cetesb para que as providências sejam tomadas.

A gente tem acompanhado e a gente está na iminência de lançar um plano de ação climática. Aí, assim que o Prefeito autorizar a divulgação, eu acho que a Câmara deverá ser das primeiras a receber as orientações quanto às 58 ações prioritárias para a diminuição de emissões no Município e captura de carbono. E dizer que a Secretaria vê com bons olhos. Está inteiramente à disposição para acompanhar esses debates e para fazer o que for possível no sentido de mitigar, obrigar a mitigação, desse incômodo ambiental, ou dessa poluição, para os moradores dentro do Município de São Paulo. Então nós acompanhamos sempre que possível.

E ficamos à disposição dessa Comissão da Câmara para atender qualquer solicitação que for feita ou que saia dessa Audiência Pública, a Secretaria fica aqui à disposição para o que os munícipes necessitarem e o que o Legislativo necessitar. A parceria está aberta.

Eu vou permanecer aqui na reunião por alguns minutos, até ser chamado para entrar para outra, para ir acompanhando, pelo menos, o início dos debates.

Muito obrigado. Obrigado pela palavra.

Eu vou sair, mas a reunião vai ficar aberta no outro computador. Eu vou continuar ouvindo a reunião – eu faço uma e ouço a outra –, para acompanhar tudo o que vocês estarão discutindo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Muito obrigado.

Como sempre, o Rodrigo Ravena nos dando atenção. Eu o agradeço muito. Sempre foi muito aberto a todas as demandas do Legislativo, da nossa Comissão, principalmente. Muito obrigado, Rodrigo.

Nesse momento, passo a presidência da Comissão de Meio Ambiente ao Vereador Alessandro Guedes, para que toque os trabalhos e possamos fazer uma ótima reunião.

Bom dia a todos. Vou ficar *on-line*, assistindo, e colaborando no que for possível.

Muito obrigado a todos.

– Assume a presidência o Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Bom dia a todos – Vereadores da Mesa, Ricardo Alvarez e Wagner Lima, de Santo André. Um forte abraço para você, Wagner. Há quanto tempo não nos vemos. Quero aqui cumprimentar o meu Presidente Xexéu Tripoli, pela abertura e por estar apoiando todos os trabalhos que temos trazido à Comissão, seja polêmico, não seja polêmica, porque o que importa é a averiguação, sem olhar cores partidárias. E o Vereador Xexéu Tripoli tem sido um parceiro nesse sentido de requerimento, nesse sentido da investigação e das audiências que nós temos promovido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer aos membros da Comissão que também estão *on-line*.

Vamos abrir a palavra, para que faça uma saudação, ao Danilo do Posto e à Vereadora Sandra Tadeu, também membros da Comissão Extraordinária do Meio Ambiente da Câmara Municipal.

Agradeço a presença do sempre atento Vereador Rodrigo Goulart, que está aqui conosco também para acompanhar esse tema importante da nossa Cidade, e da Região Metropolitana, já que envolve outros municípios.

Agradeço aos especialistas, autoridades e ambientalistas, por terem aceitado o convite para falar conosco.

Durante a minha fala, eu citarei os nomes, os quais o Vereador Xexéu Tripoli já citou.

E na pessoa da Dra. Maria Angela, eu agradeço a todos os presentes, inclusive ao público virtual, e aos inscritos, que terão direito à fala para dizer as dificuldades que passam no dia a dia, moradores de bairro que se inscreveram pelo *link* da Câmara Municipal de São Paulo.

E dizer a todas as lideranças que nos procuraram, trazendo essa temática e esse

problema, que nós estamos tomando as primeiras providências, ao chamar essa Audiência Pública. E a nossa ideia, com o início do trabalho com essas audiências públicas que podem vir a acontecer, é, aqui, ao lado do Vereador Ricardo Alvarez, Wagner Lima, Câmara de Santo André, Câmara de Mauá, nós possamos criar uma força-tarefa junto com os especialistas, junto com os ambientalistas, junto com a população, junto com os moradores, lideranças, para procurar solução. Esse é o nosso objetivo aqui hoje. E nós vamos trabalhar imbuídos desse sentido.

Eu não poderia deixar de agradecer a passagem rápida do Rodrigo Ravena, que, mesmo com dificuldade na sua agenda, fez questão de trazer apoio à nossa Comissão e à nossa Audiência Pública, que é da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

E agradecer também a imprensa, porque a imprensa, Vereador Rodrigo, está movimentada nesse assunto. O Grande ABC como um todo, a imprensa toda está envolvida e tratando desse assunto – os males à saúde que tem causado essa questão da poluição gerada possivelmente pelo Polo.

A própria imprensa televisiva – a Rede Globo – envolvida nesse assunto. Outras emissoras também envolvidas nesse assunto – a Record. Então eu tenho certeza de que com esse conjunto de forças poderemos fazer um grande trabalho e trazer grandes resultados.

Então eu queria propor a seguinte dinâmica: abro uma saudação rápida para o Vereador Ricardo Alvarez, que está aqui ao meu lado, e ao Vereador Rodrigo Goulart. E aí abrimos a palavra aos especialistas, para que tragam a temática à tona, falem conosco sobre o assunto, na ordem que pré-definimos, após o que colocaremos os outros Vereadores que estão de maneira *on-line* e que queriam falar; e, finalmente, para a população. Após todos falarem – integrantes da Mesa, a Cetesb, ambientalistas, a Professora Doutora –, a palavra volta para a Mesa, para uma saudação final e para tirar os encaminhamentos que teremos com o início dos trabalhos desta Audiência Pública. Tudo bem? É assim que nós iremos proceder. Acredito que dê para fazermos uma Audiência de duas horas – para que ela não seja muito longa, cansativa, mas que consiga atingir os objetivos.

Então quero mais uma vez agradecer a presença de todos.

E de imediato passo a palavra, para uma saudação, ao Vereador Rodrigo Goulart; e, após, ao Vereador Ricardo Alvarez.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom dia, Vereador Presidente Alessandro Guedes. Um grande amigo, parceiro, que tem um trabalho muito importante. Eu acho que ele deixou bem claro, logo no início de sua fala, que nós não podemos ver bandeiras partidárias nesse tipo de trabalho.

Vereador Xexéu Tripoli, do PSDB, que é o presidente dessa Comissão Extraordinária. Vereador Alessandro, que fez esse requerimento do PT. Eu sou do PSD. Não sou membro efetivo este ano desta Comissão, mas sou membro da Comissão Ordinária de Política Urbana e Meio Ambiente. Então temos também toda essa preocupação.

Eu me coloco totalmente à disposição do Vereador Alessandro, desta Comissão, e também das câmaras – a Câmara de Mauá, aqui representada, a Câmara de Santo André.

Eu estava aqui falando com o Vereador Ricardo que eu tenho uma história muito grande com o ABC. E a vida do meu pai, logo quando ele veio de Minas, foi em Santo André. A família toda dele foi para lá. Hoje, o nosso segmento de atuação é o de bares e restaurantes. Ele começou com um botequim na Avenida Atlântica. Então eu morei o meu primeiro ano de vida nessa região. Então nós temos uma responsabilidade. Além de ser vereador aqui em São Paulo, mas todo o carinho e atenção por Sandro André, Mauá também – tive uma tia que morou em Mauá. Eu lembro a dificuldade que era, quando eu era muito criança, de chegar na casa dessa minha tia, lá na periferia de Mauá. Então essa é a nossa preocupação nessa minha primeira intervenção na reunião.

Tenho alguns questionamentos, mas os farei ou da forma presencial ou pelo *chat*. Principalmente, alguns questionamentos ligados à Cetesb.

Então, na pessoa da Presidente da Cetesb, cumprimento todos os convidados. E me coloco à disposição de cada um de vocês.

Ricardo, que leve o nosso abraço à Câmara de Santo André, na sua figura e na

figura do nosso Presidente Pedrinho Botaro, que também é um grande amigo. E tenho grandes amigos lá em Santo André. Vocês têm feito um grande trabalho, acompanhando, principalmente, essa questão do meio ambiente. Parabéns pelo trabalho e contem com a Câmara Municipal de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Passa a palavra, para uma saudação, ao Vereador Ricardo Alvarez, de Santo André.

O SR. RICARDO ALVAREZ – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero agradecer imensamente a ocorrência desta Audiência Pública para discutir um assunto tão importante. Então quero deixar o nosso agradecimento ao Presidente da Comissão, o Vereador Xexéu Tripoli; ao Vereador Rodrigo Goulart, que tem uma história em Santo André, inclusive, falou da Avenida Atlântica. Eu morava ao lado da Avenida Atlântica. Então aguardamos uma visita do Vereador Rodrigo lá em Santo André, para que reveja os seus amigos do passado. Vou mandar o abraço ao nosso Presidente Pedrinho Botaro – e tenho sessão agora à tarde. Vou levar esse abraço que você enviou a ele. Agradeço o convite.

Quero parabenizar também o Vereador Alessandro Guedes por ter chamado a responsabilidade de discutir um assunto tão importante, e que envolve não apenas a Câmara Municipal, não apenas a cidade de São Paulo, mas também envolve outros municípios do ABC, como Santo André. Então é uma iniciativa que deve ser louvada, sem dúvida nenhuma.

Quero agradecer também a presença dos convidados para o debate – especialistas, técnicos, políticos e ambientalistas. Ao Vereador Wagner Lima, que estou vendo na tela, meu companheiro lá na Câmara de Santo André, que tem trabalhado muito essa questão, inclusive, é morador vizinho do Polo Petroquímico, e o público que está nos assistindo.

Gostaria, infelizmente, de lamentar a ausência de representantes do Polo Petroquímico no debate de hoje, inclusive, foi enviado um documento dizendo que “não existem comprovações de que os problemas ambientais e de saúde são de responsabilidade

do Polo”. Seus representantes poderiam ter vindo aqui e falado isso ao vivo. Seria muito mais produtivo do que mandar uma carta e se esquivar do debate.

Quero lembrar que há quinze dias, na metade do mês de abril, o Polo Petroquímico foi multado em 870 mil reais pela Cetesb por emissão de poluentes. Essa multa é a maior prova de que o Polo tem responsabilidade direta quanto ao que está acontecendo na região: emissão de gases, poluição, ruído e o pó preto oleoso que tem sido despejado na vizinhança.

Então, exalto a presença dos que se propuseram a debater e lamento a ausência de representantes do Polo que é, digamos assim, o foco do debate de hoje.

Quero terminar dizendo que temos total concordância com a proposta do Vereador Alessandro Guedes que está trazendo à tona a proposta de criar um grupo de trabalho que envolvesse a Câmara Municipal e outros órgãos para que, efetivamente, de uma vez por todas, criássemos um mecanismo que gerasse um plano de trabalho, e esses problemas se findassem. Nós não somos contra a existência do Polo nem contra as empresas, somos a favor, sim, da vida. É isso o que nos move hoje nesta Audiência Pública.

Então, parabéns, Vereador.

Vamos aos trabalhos.

Obrigado. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Ricardo Alvarez.

Como disse no início, a nossa intenção é ir ao problema e buscar soluções para ajudar essa população. Por isso, agradecemos a manifestação de cada um, cada especialista que irá falar a partir de agora.

Retomando a dinâmica, a ideia é ouvir as pessoas que nós convidamos e que fazem parte da mesa *on-line*; depois, abrir para os Vereadores que estão de maneira *on-line* também; em seguida, para a população inscrita; retornando para o fechamento desta mesa.

Pela ordem, a Dra. Maria Angela Zaccarelli, Professora, Doutora, Especialista, que fez um estudo e que foi a primeira a apontar esse problema que acontece naquela região. Muito obrigado pela presença. Será a primeira a falar. O segundo será o Sr. Dr. Carlos Bocuhy,

Presidente do Proam. Muito obrigado pela presença. Poderá contribuir muito com a nossa temática de hoje e na solução dos problemas. O terceiro a falar é representante da Secretaria de Saúde, Cleuber José de Carvalho. Só quero que se manifeste no *chat* para sabermos se é ele quem vai falar. O quarto a falar é o Dr. Elio Lopes dos Santos, ex-perito do Ministério Público Federal e MPE. Em seguida, passaremos a palavra à Dra. Patrícia Iglecias, da Cetesb. Já que a Cetesb será mencionada várias vezes, deixaremos para ouvi-la por último, antes de abrimos para os Vereadores *on-line* e para a população.

Então, eu queria agradecer, mais uma vez, a presença da Dra. Maria Angela, e passar a palavra para que ela possa fazer a sua exposição.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA ANGELA ZACCARELLI – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite.

Faz 31 anos que nós estamos fazendo pesquisas na região das empresas, indústrias, região do Parque Capuava que pertence ao Município de Santo André, Silvia Maria e Sônia Maria que pertencem ao Município de Mauá, Parque São Rafael e São Mateus que pertencem ao Município de São Paulo.

Há 31 anos, quando eu atendi o primeiro paciente portador de hipotireoidismo – doença que se não for tratada, as consequências para a saúde são graves – o qual, naquela época, em 1989, quando as doenças tireoidianas não eram frequentes no sexo masculino e em pacientes jovens, me chamou a atenção porque ele trabalhava numa indústria química e lavava as suas mãos com produto tóxico chamado tricloroetileno, e, quando eu investiguei a causa do hipotireoidismo, constatei a tireoidite crônica autoimune.

Alguns trabalhos já despontavam para o perigo dos organoclorados na saúde humana.

Tratei desse paciente, orientei e contei essa história da indústria química. A partir daí, comecei a atender muitos casos. O que me surpreendeu foi que esses casos eram procedentes da região de divisa dos Municípios de Santo André, Mauá e São Paulo, e as

crianças também estavam comprometidas com a doença chamada tireoidite crônica autoimune que não tem tratamento e evolui para esse quadro do hipotireoidismo, como já havia falado, uma doença grave, e precisam tomar remédios para o resto da vida.

Assim, eu fui fazendo a pesquisa, atendendo as pessoas. Depois de uns doze anos, no ano de 2002, fui surpreendida por um telefonema do Dr. Carlos Bocuhy que, à época, teriam que ser ampliadas ali as empresas, e ele estava com uma prancheta nas mãos, na Rua Patagônia, fazendo uma pesquisa de doenças respiratórias que eram frequentes na região, como asma brônquica, doenças obstrutivas pulmonares, e uma das moradoras, que era minha paciente, contou para o Dr. Carlos Bocuhy que, além da doença obstrutiva pulmonar, existia doença de tireoide porque a médica que estava atendendo a população ensinava como era essa doença. O Dr. Carlos Bocuhy me procurou, até então, eu estava fazendo uma pesquisa sem divulgação. Em junho de 2002, junto com a Faculdade de Medicina do ABC, cujo Diretor me apoiou muito, Professor Luiz Henrique Paschoal, e nós fizemos a divulgação da doença através do Dr. Carlos Bocuhy que chamou a imprensa escrita e falada. No dia 13 de junho, a doença foi divulgada publicamente, assim, eu fui convocada pelo Ministério Público de Santo André, através do Dr. José Luiz Saikali e, também, pelos órgãos das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde e pela Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo, da Secretaria de Saúde.

Houve, então, a notificação da doença, porque o número de casos que eu já havia determinado na região nesses doze anos eram 436 casos, inclusive, crianças, o que não era frequente. Nós não ouvíamos falar dessa doença em crianças. Notificamos essa doença e continuamos com a pesquisa.

O que nos surpreendeu foi que nos três anos seguintes nós atendemos com a divulgação, o conhecimento da população e com a procura de assistência e dos meios de saúde, diagnosticamos 469 casos. Houve um aumento demasiado porque as pessoas estavam doentes e não sabiam da sua doença.

Assim, nesses quinze anos, nós exterminamos muitos casos na região e

continuamos com as nossas pesquisas.

Mas, à época, como tudo o que é novo é muito contestado, nós fomos muito contestados, e o Promotor Dr. José Luiz Saikali pediu para que o Centro de Vigilância Epidemiológica de São Paulo também fizesse um trabalho que pudesse corroborar com os nossos resultados, porque, também, um professor fez um trabalho e dizia, à época, que poderia ser o iodo, que é um elemento fundamental para a formação dos hormônios tireoidianos que são vitais. Sem os hormônios tireoidianos nós não conseguimos viver; eles causam danos para a saúde, inclusive, em crianças eles podem proporcionar o nanismo, o retardo mental. Houve a divulgação desse trabalho do professor de que era o iodo, e nós fomos muito contestados. Porém, o Centro de Vigilância fez o trabalho e corroborou os nossos resultados.

À época, também fiz um trabalho sobre o iodo junto à Escola Paulista de Medicina, e nós falamos que não era o iodo.

Continuamos as nossas pesquisas, inclusive com biomonitoramento, fomos estudar seres vivos ali na região, porque as árvores captam elementos químicos. Fizemos esse trabalho e constatamos também os metais tóxicos nesse material das árvores. Isso foi em 2009 e continuamos os nossos trabalhos com muita dificuldade.

No ano de 2015, o Promotor de Justiça, Dr. José Luiz Saikali, que muito nos ajuda, porque eu recebi apoio somente até agora do Ministério Público e do Dr. José Luiz Saikali, em Santo André. Ele, por meio de recursos, nos ajudou na pesquisa para que pudéssemos fazer a investigação dos poluentes atmosféricos.

E, assim, foi feito esse trabalho multidisciplinar com a Universidade de São Paulo e a Faculdade de Medicina do ABC. Vários institutos, o Instituto de Química, IAG – Instituto de Astronomia e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo; o Instituto de Estatística; o Laboratório de Poluição Atmosférica da USP.

Iniciamos um grande trabalho, através de um sistema complexo chamado *air mode* e constatamos realmente aquilo que há muitos anos estávamos estudando, que eram os COVs

– Compostos Orgânicos Voláteis. Encontramos uma medida desses elementos muito alta ali na região, quando comparado com outras regiões distantes.

Esse trabalho também foi publicado e continuamos as nossas pesquisas, através do Instituto de Química, da Faculdade de Medicina do ABC e estamos novamente fazendo biomonitoramento. Estamos agora com um trabalho muito complexo, porque é um trabalho histológico da tireoide e, também, de outros órgãos.

Por quê? Nós iniciamos um trabalho há dois anos. É um trabalho com animais de experimentação, que foram colocados nas residências dos meus pacientes, dos moradores da região e, também, um grupo controle na região do Embu, na região da Faculdade de Medicina do ABC, que é meio distante ali da região das indústrias.

O que nós constatamos nos surpreendeu muito, porque deixamos esses animais presentes e expostos ao ambiente. Constatamos lesões mesmo histológicas na glândula tireoide e, para a nossa surpresa, não era só na glândula tireoide e sim nos pulmões, nos rins, na pele, no coração, nos vasos sanguíneos.

Esse trabalho nos chamou muito a atenção, porque realmente é um comprometimento do nosso organismo, através desse ambiente que estamos estudando. Estamos ampliando esse trabalho histológico, que quanto à imagem não há discussão, porque é o microscópio que está definindo essas alterações.

Também estamos agora fazendo um trabalho mais de aperfeiçoamento, uma tese de doutorado, com uma aluna que está na Escola Paulista de Medicina, na Universidade Federal.

Ampliamos os nossos trabalhos, porque o nosso trabalho é multicêntrico é USP, é Escola Paulista. Nós estamos na Faculdade de Medicina do ABC e já temos na região oito trabalhos publicados em revistas internacionais, com revisores, demonstrando as doenças ali existentes, para que possamos continuar as nossas pesquisas.

Recentemente, escrevemos um trabalho e, para minha surpresa, mandei esse trabalho para a revista para que haja, como toda revista, a revisão dos revisores. Esse trabalho

está sendo revisado e para a minha surpresa eu abro o Google e vejo esse trabalho já no *preprint*.

Esse trabalho me chamou muito a atenção, ele está no *preprint*, porque ainda não foi publicado, pois já temos oito trabalhos publicados a respeito desse problema de saúde da população. Porém, ele já está no Google e me chamou a atenção, porque é um trabalho de poluição e da Covid-19, do Sars-CoV-2, porque eu escrevi um trabalho com uma revisão ampla de literatura, não encontrei nenhum trabalho ainda nacional. Mas, na literatura internacional são 104 trabalhos que eu li a respeito da Covid-19, que é a doença desencadeada por um vírus chamado Sars-CoV-2.

Nesse trabalho, eu coloquei os riscos dos moradores que são expostos e já apresentam a tireoidite crônica autoimune, que é uma doença do sistema imunológico, em que cai a imunidade. O hipotireoidismo é uma doença que, se não for tratada, as consequências são graves; as doenças obstrutivas pulmonares.

Fala-se muito em Covid com a doença pulmonar. Fizemos um trabalho epidemiológico que também foi apresentado em vários congressos, das doenças pulmonares, das doenças dermatológicas da pele, isso nos moradores. As doenças oftalmológicas, as doenças otorrinolaringológicas, as pessoas têm rinite, sinusite, faringite, conjuntivite, dermatite, asma.

Assim, sobre essas doenças nessas pessoas, escrevemos esse trabalho, é recente, não foi publicado ainda, mas para surpresa, como eu havia dito, está no *preprint*, dizendo que essas pessoas acometidas dessas doenças poderiam ter um risco maior se forem acometidas de Covid-19.

Assim, estamos continuando nossas pesquisas. Os trabalhos estão publicados com revisão de pares, onde realmente constatamos os Compostos Orgânicos Voláteis, o SO₂, o dióxido de enxofre; o NO₂; o CO; e Material Particulado MP10. Foi o IAG, através desse sistema *air mode*, que nos proporcionou esses resultados desses elementos químicos na atmosfera.

Estamos continuando o nosso trabalho. Não temos até agora nenhuma ajuda, a não ser do Ministério Público e da ajuda que tivemos, inclusive para que pudéssemos realizar esses trabalhos de 2015 com os poluentes.

São os recursos que nos foi fornecido pelo Promotor de Justiça, Dr. José Luiz Saikali, a quem nós agradecemos muito, porque sem esses recursos que ele nos forneceu, não teríamos como realizar esses trabalhos de 2015 para cá, inclusive esse trabalho histológico que não há como discutir a imagem dessas doenças que estamos verificando.

Então, eu estou à disposição. Fiz um relato resumido, porque são 31 anos de pesquisa. Estou à disposição de vocês e muito obrigada pelo convite, mais uma vez. Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Dra. Maria Angela. Trinta e um anos dedicados a esse trabalho não dá para resumir em quinze minutos. Entretanto, temos certeza de que, como a senhora ressaltou que precisa de ajuda, que apenas o MP tem feito essa parceria, é nosso dever buscar apoio a esse tipo de trabalho para que soluções sejam encontradas. Então, muito obrigado pela presença e pela exposição.

Queria passar a palavra agora ao Sr. Dr. Carlos Bocuhy, Presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental – Proam.

O SR. CARLOS BOCUHY – Bom dia a todos. Eu fico muito satisfeito de verificar que o Legislativo Municipal se volta para essa questão, que se estende há tanto tempo, conforme demonstrou a Dra. Maria Angela.

E chamo aqui a atenção para essa luta do Brasil contra a poluição e de tantos casos que tivemos na história brasileira de poluentes orgânicos persistentes das áreas contaminadas: do Recanto dos Pássaros, em Paulínia; o caso de Barão de Mauá; e tantos outros.

Sempre houve uma certa dificuldade institucional para a solução desses episódios, eles não foram resolvidos no tempo que seria desejável para a sociedade porque, quando falamos de um episódio como esse, estamos falando de famílias que ali habitam, de idosos

que permanecem no local o dia todo, de manhã, à noite; e de crianças. Então, essa exposição à poluição se dá num nível muito acentuado em algumas faixas etárias que são bastante vulneráveis.

O que a Dra. Maria Angela traz em seu trabalho, que é meritório, por isso um trabalho de ponta da Ciência demonstrando que a poluição não apenas afeta a questão respiratória, problemas cutâneos – que são clássicos na literatura de exposição à poluição – mas ela como endocrinologista nos traz outra visão da dimensão do problema. Agora, o que é preocupante para a nossa sociedade é percebermos que essa situação, desde que diagnosticada, se arrasta há 19 anos. Começamos em 2002 com as notícias de que haveria uma ampliação nas atividades do Polo, e foi quando nos deparamos com a pesquisa da Dra. Maria Angela Zaccarelli. E aí o que fica, nesse momento, muito evidente para nós é o funcionamento das salvaguardas que a sociedade tem no sentido de enfrentar esses desafios da poluição a que é submetida a população.

Chamo atenção para o capítulo do Meio Ambiente da Constituição Federal, que é muito claro, garante a saudável qualidade de vida a todos os brasileiros. E quais são os agentes responsáveis por manter essa saudável qualidade de vida? Em primeiro lugar, eu chamaria a atenção para a posição do fiscal da lei, o Ministério Público. Nesse caso, temos que dizer que o Ministério Público tem sido bastante eficiente. Como foi dito pela Dra. Maria Angela, o Dr. José Luiz Saikali, do Ministério Público Estadual, teve atuação relevante no caso. Nós temos também de olhar para esse caso percebendo qual foi a eficiência do Judiciário brasileiro frente aos casos de poluição. Temos de perceber qual é papel da agência de controle ambiental, nesse caso específico a Cetesb, qual é a eficiência dessa agência.

Aí eu chamo atenção para um aspecto – e eu sei que a Cetesb está presente – queria fazer uma solicitação à Cetesb, que verifique dentro da sua estrutura, qual é o papel da percepção da agência com relação à saúde pública e a percepção com relação aos poluentes emitidos na atmosfera? Essa relação dos efeitos nefastos à saúde pública está na gênese da Cetesb, que quando foi fundada um elemento muito importante, a Cetesb estava muito ligada à

Escola de Saúde Pública de São Paulo. E, possivelmente, a Cetesb foi se transformando num agente de controle mais ligado a área de engenharia, à Escola Politécnica da USP, uma visão mais de engenharia de controle. Então, esse equilíbrio entre agência de controle e a percepção com relação à saúde da população, é muito importante porque aí vamos conseguir humanizar a abordagem feita pela Cetesb. Nós sentimos essa deficiência da Cetesb na abordagem, eu diria, na metodologia em quase todos os episódios de poluição que ocorreram no Estado de São Paulo. Teríamos de ter uma agência muito mais proativa com relação a essa sensibilidade, a essa percepção.

Em último lugar vem o papel do agente poluidor. O agente poluidor nesse caso, no ofício, não reconhece o problema de saúde pública da região. Isso é recorrente, o poluidor, via de regra, se pegarmos a literatura, a história, nega a relação dos seus poluentes com a saúde da população. Esse é um problema que tem de ser enfrentado com os agentes de controle ambiental e com os agentes de controle social.

Nesse aspecto, chamo a atenção exatamente sobre a importância do papel do Legislativo Municipal de dar transparência – e não só municipal como também estadual – ao processo, para trabalhar os elementos de controle social necessários à nossa sociedade para que possamos resolver com eficiência esse problema.

Via de regra, as empresas poluidoras dizem que a poluição detectada, que foi multada por questões episódicas, que é situação em que há queda de energia, em que houve alteração na limpeza do sistema, sempre é uma questão episódica, nunca se trata de questão estrutural. Por isso, hoje, temos aqui o engenheiro Elio Lopes, que é extremamente competente e acho que vai poder dizer que essas questões que tratamos aqui são estruturais. Essas empresas precisam passar por transformações tecnológicas, esse é um aspecto. Em alguns casos, se necessário, também passar por uma diminuição na escala de produção. Isso porque o Polo acabou inserido numa grande massa de população. E não importa para a saúde dos brasileiros se quem chegou primeiro foi a população ou o Polo. A questão é que a situação está instalada e isso tem de ser encaminhado para um *modus vivendi* civilizado, onde essa

população tenha os seus direitos constitucionais garantidos para uma saudável qualidade de vida.

Com essa leitura dos agentes envolvidos e na expectativa da resolução do problema, eu agradeço ao Vereador Xexéu, em nome de todos os Vereadores envolvidos. E especialmente faço elogio ao trabalho excepcional da Dra. Maria Angela Zaccarelli e também do Dr. José Luiz Saikali, Promotor Público da cidade de Santo André.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Dr. Carlos Bocuhy, Presidente da Proam, pela colaboração com o debate.

Quero pedir para que se manifeste agora o representante da Secretaria Municipal da Saúde, Sr. Cleuber José de Carvalho (Pausa). Estou sendo informado, a Sra. Magali Antônia Batista se encontra na sala?

A SRA. PATRÍCIA SALEMI – Bom dia. Sou Patrícia Salemi. Eu também estou representando a Secretaria Municipal de Saúde. Sou da Covisa, Secretaria de Vigilância em Saúde, Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental. Sou técnica do Programa Vigiar, um programa de vigilância em saúde ambiental relacionado à população exposta à poluição do ar. Minha formação é em Biologia, integrei no Programa Vigiar em dezembro devido às alterações que ocorreram na estrutura da Coordenadoria de Vigilância em Saúde.

Chegou até nós, tomamos ciência dessa equipe que está hoje, aqui, trabalhando. Em fevereiro deste ano, o Dr. Fernando Galvanese, médico da Vigilância de Santo André, entrou em contato com a Magali – que é a nossa chefe, ela está de férias, por isso estou me apresentando a vocês –, solicitando reunião entre as vigilâncias dos municípios do entorno do Polo: Mauá, Santo André e São Paulo. Ele falou: “Façam um levantamento da Saúde, os dados da Saúde para a gente ver quais são os acometimentos”. Então, ficou um pouco vago. Primeiro, nós levantamos os dados respiratórios. Eu não conhecia o trabalho da Dra. Zaccarelli, fui ler posteriormente. Nessa reunião, primeiro, levantamos os dados relacionados a problemas respiratórios, desde 2016. Primeiro a denúncia chegou em Santo André, ele nos repassou,

demos uma olhadinha nas fotos encaminhadas, na fuligem derivada do nego de fumo. Então fizemos o levantamento com dados respiratórios. O Tabnet – DataSUS, onde se faz essa consulta, não tem disponível os atendimentos, só as internações, ou seja, só quadros graves de problemas respiratórios, e também os procedimentos de nebulização.

Então, resolvemos fazer levantamentos e pegamos internações por doenças respiratórias na Prefeitura Regional de São Mateus e na Prefeitura Regional de Sapopemba, porque Sapopemba, pelo mapa, também está próximo ao Polo, está um pouco mais ao norte, então nós resolvemos pegar Sapopemba também.

E não teve um aumento expressivo desde 2016 até 2020; em 2020 os dados caem bastante. Devido à pandemia da Covid, as pessoas procuraram menos o sistema de saúde, então nós não encontramos um aumento expressivo no número de internações por doenças respiratórias.

Procedimentos de nebulização, nós fizemos a comparação do Município de São Paulo e do Grande ABC, que engloba também Mauá e Santo André e também foi uma constante, com a diferença da quantidade porque a população de São Paulo é muito maior. Mas também foi uma constante, não teve muita variação na procura por procedimento de inalação desde 2016 até 2020.

Terminamos essa reunião, os outros municípios ficaram de fazer o levantamento dos dados. Ainda não foi feita uma segunda reunião dessa equipe que já estava trabalhando com essa questão. Aí fui procurar mais sobre o assunto, encontrei o trabalho da Dra. Zaccarelli, conversei com a Magali e decidimos seguir uma outra vertente. Talvez os respiratórios não mostrassem para a gente em dados, então eu falei: “Vamos ver as tireoidites”, aí fizemos o levantamento.

Como é uma tireoidite específica, de Hashimoto, é muito pequeno em dados, praticamente não é notificada. Então nós fizemos o levantamento pela dispensação de medicamentos para problemas de tireoide, a Levotiroxina e o Tiamazol. Também fizemos o levantamento junto com o CGE, que é o Centro de Emergências Climáticas da cidade de São

Paulo.

Nós pegamos as estações mais próximas do Polo, as de São Mateus e de Mauá – a de Sapopemba fica muito distante, fica a mais de dez quilômetros –, para ver a direção e a velocidade dos ventos, para onde estava indo essa contaminação, essa poluição. Pegamos só os dados de 2020. É um vento sudeste, um vento que vem do mar e que sobe. Aí a gente achou importante também colocar Sapopemba nessa pesquisa. E os ventos são de aragem, que são ventos de até 5 km, não são ventos tão intensos.

Quanto à dispensação de medicamentos, primeiramente a gente fez o levantamento dos DAs bem próximos, o DA de São Rafael, o DA de São Mateus e o DA de Sapopemba. Foi levantado que a dispensação de medicamentos para... A Levotiroxina, aí são as concentrações de 25, 50 e 100mcg. Aí juntamos a população de São Rafael e São Mateus; somando tudo dá 299.132 pessoas e o DA de Sapopemba com 284.524 pessoas. Então são populações muito semelhantes, o número é bem próximo.

E a dispensação de medicamentos gerais total para problemas de tireoide ficou em um milhão para Sapopemba e São Rafael/São Mateus, 1.919.070, e para Sapopemba 3.123.961. E de Levotiroxina, que é um remédio utilizado para hipotireoidismo, o DA de Sapopemba dispensa 96% de Levotiroxina e 4% de Tiamazol. E no DA de Sapopemba dispensa, 94% de Levotiroxina e 6% de Tiamazol.

São só levantamentos em números. Com essa informação a gente achou que não foi suficiente, então a gente conversou com a Magali também. E nós resolvemos ampliar esse levantamento para outras regiões de São Paulo, outros DAs com populações próximas de 300 mil habitantes, para ver se em outras regiões de São Paulo que não ficam próximas do Polo a dispensação de medicamentos de tireoide é próxima disso ou se essa região em torno do Polo está dispensando muito mais medicamentos de tireoide.

É isso, a gente está fazendo esse levantamento.

Quanto à pergunta do Vereador Alessandro Guedes, ele mandou uma pergunta aqui para a gente, se estava sendo feito um tipo de investigação. Sim, está sendo feito. Depois

a gente pode passar esses dados todos, gráficos, tudo. Fiscalização e autuação são feitas não pela Secretaria da Saúde, primeiramente porque o Polo não fica no Município de São Paulo, fica em Santo André. Em segundo lugar, porque é de competência do órgão ambiental estadual.

Então é isso. Eu agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Xexéu Tripoli) – Obrigado, Sra. Patrícia Salemi, da Covisa, Saúde Municipal.

Nós aprovamos requerimento que a senhora mencionou na Comissão pedindo informações referentes à atuação da Secretaria, o conhecimento que ela tem sobre essa problemática e foi esse requerimento que a senhora manifestou agora. O requerimento é para que nos enviasse essas informações. Eu peço que nos envie, gentilmente, para podermos agregar neste trabalho que estamos realizando.

Muito obrigado pela participação.

Gostaria de abrir a palavra agora para o Sr. Elio Lopes dos Santos, ex-perito do Ministério Público Federal e Estadual, para que faça sua manifestação. Com a palavra. Por favor, Sr. Elio, abra o seu microfone.

O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite do Vereador Xexéu Tripoli, na pessoa de quem cumprimento todos os representantes da Câmara e o público convidado que está nos assistindo.

Eu acho que os que nos antecederam colocaram com bastante propriedade. Foi o caso, por exemplo, da Dra. Zaccarelli, do Carlos Bocuhy e também da representante da Secretaria de Saúde. A gente pode tirar uma ideia de que é um Polo antigo. Por exemplo, se eu pegar como referência a refinaria, a Recap, são quase sessenta anos de operação. Esse Polo é antigo e muito próximo da sociedade.

Eu já trabalhei muitos anos na Cetesb, fui gerente da Cetesb de Cubatão e vivenciei casos semelhantes no controle da poluição de Cubatão, com inclusive a negativa de todas as indústrias, de que não poluíam. Essa é uma conversa que normalmente ocorre, mas

com o passar do tempo isso acaba indo por terra.

Um Polo dessa natureza muito próximo da sociedade realmente, mesmo que ele tivesse todo o controle de poluição, ele já estaria causando problema, porque não tem, no mundo industrial, equipamentos ou sistema de controle de poluentes que tenham 100% de eficiência. Então o residual já suficiente, em função da proximidade da população, para causar problemas dessa natureza.

Mas aí tem uma ressalva. Fora a emissão crônica que eu tenho observado aí no Polo, tem as emissões que são episódios críticos de poluição do ar, causados por emissão de odores, que normalmente a população tem reclamado, e também por fumaça preta.

É inadmissível, num *flare* como o da Petrobras, que não é um equipamento de controle de poluição. *Flare*, é bom deixar claro, pela literatura internacional é um equipamento de segurança utilizado em situações de alívio de pressão, limpeza de equipamentos, em que se mandam esses gases residuais para serem queimados no *flare*. A refinaria tem um *flare* só. E me parece, pelo que eu observei, pelas imagens que aparecem na mídia, que esse *flare* não está dimensionado para isso. Ele precisa ser dimensionado.

Um *flare* não é para estar esfumaçando preto. Quando ele está lançando fuligem na atmosfera é porque está faltando vapor. Ele precisa ter um bom suprimento de vapor para promover uma combustão completa. Isso só para dar uma ideia de que a questão, como disse o Bocuhy, é extremamente estrutural.

Mas se pegar, por exemplo, a unidade de craqueamento de catalítico fluido, da Recap, eu vou verificar que é uma unidade que trabalha com catalizador que tem na sua composição toda tabela periódica. Isso é lançado na atmosfera sem equipamento de controle. Aqui em Cubatão era assim, nós exigimos a implantação de um precipitador eletrostático para deter esse material particulado.

O que está faltando, eu acho, é que não se controla a poluição de forma aleatória, a poluição se controla através de programas e de projetos direcionados a todas as indústrias. Nesse controle, tem de se fazer um programa que envolva uma equipe de engenheiros do

órgão ambiental para levantamentos industriais, para fazer inventário das fontes.

Aí, com o diagnóstico, se faz uma autuação dessas fontes de poluição, fazendo com que sejam apresentados os cronogramas de obras. Se não houver controle sobre os cronogramas de obras não se chega a lugar nenhum, porque se adverte a empresa, se dá um prazo de dois anos, chega ao final dos dois anos ela diz que não pôde, que atrasou.

Por isso, se nós pegarmos o Ministério Público quase vinte anos trabalhando num processo, em cima de um Polo, mas que eu não vejo muito sucesso nessa questão.

Tem de ter cronogramas com fases intermediárias. Olha, vamos apresentar lá o projeto, três meses depois a fiscalização tem de ir lá ver se foi apresentado o projeto, a compra dos equipamentos. Mais alguns meses vai lá verificar se os equipamentos foram comprados. Fazer uma fiscalização a *pari passu*.

Agora, não se faz isso de forma aleatória como o órgão ambiental está fazendo. Isso tem de ser feito através de programas.

O único programa que teve, ao longo desses anos todos que eu vi, foi em Cubatão. Teve um certo sucesso porque foi um programa de controle de poluição. Inclusive, com apresentações trimestrais para a sociedade, na Câmara dos Vereadores, e como está avançando esse programa de controle de poluição: monitoramento, programa de operação, manutenção, porque esses equipamentos vão ficando velhos e precisam ter uma boa operação com manutenção.

Muitas vezes se coloca um equipamento de controle, é o que ocorre na maioria dos casos, vai lá um lavador de gases, por exemplo, está sempre se fazendo amostragem. No dia da amostragem é pré-determinado, dia e hora marcado, ele está sempre bom. Aí aparece nos relatórios que o Polo é uma beleza. No entanto, passou aquele momento ele não apresenta regularidade nas emissões. Então se tem uma qualidade do ar ruim sempre.

Se se pegar, no caso das telemétricas da Cetesb, vai se constatar que a qualidade do ar não deve ser muito boa. Deve ser saturada por ozônio, deve ter problema de material particulado. É assim que se faz o controle da poluição.

Eu diria mais, acho que a Cetesb, em função dos estudos da Dra. Zaccarelli, deveria colocar mais alguns equipamentos nas estações telemétricas, estações de medidores automáticas, para que medissem compostos orgânicos voláteis, medissem os hidrocarbonetos, também medissem aqueles que causam problemas de substâncias odoríferas. Porque, normalmente, são cinco elementos monitorados.

Há na telemetria o material particulado como o dióxido de enxofre, o monóxido de carbono, o ozônio e os óxidos de nitrogênio. Mas não tem esses outros equipamentos que são específicos para quando se tem um problema sério como esse. Então precisa por algo adicional nessa questão.

Eu não queria me alongar porque são tantas unidades e eu ficaria falando de várias unidades de processo. Mas me coloco à disposição para as perguntas, para os estudos que vierem a ser feitos nesse processo. Há muita coisa que precisa ser feita, mas o problema é técnico. É um problema técnico que precisa ser resolvido junto ao processo industrial, junto às fontes de poluição, senão não vamos chegar a lugar nenhum, vamos ficar estudando, estudando a vida toda, e não vamos controlar a fonte. O estudo é importante, deve ser mantido em paralelo sim, mas precisa ter um controle efetivo das fontes de poluição industrial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu que agradeço, Sr. Elio Lopes dos Santos, ex-perito do Ministério Público Federal de Ministério Público Estadual, pela colaboração e pelo conhecimento que nos trouxe, muito importantes para esta Audiência Pública

Lembrando que já falou o Sr. Rodrigo Ravena, representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Foram convidados também representantes do Cofip – Comitê de Fomento Industrial do Polo do Grande ABC, que não compareceram, mas enviaram uma nota.

Peço ao Vereador Ricardo Alvarez, de Santo André, proceda à leitura.

O SR. RICARDO ALVAREZ – “Ilmo. Sr. Vereador Xexéu Tripoli, Presidente da

Comissão Extraordinária de Meio Ambiente e Direito dos Animais, Prezado Senhor. Mauá, 28 de abril de 2021. Em atenção ao seu ofício CEMADA 07/2021, agradecemos o convite e informamos que nós, do Comitê de Fomento Industrial do Polo do Grande ABC – Cofip ABC, estamos acompanhando de perto, desde outubro do ano passado, os problemas que afligem a comunidade, como o aparecimento de fuligem preta oleosa em algumas casas localizadas no entorno do Polo, odor e ruídos. Desde então, estamos em contato com as dezesseis empresas associadas e com os órgãos reguladores responsáveis. O Cofip ABC tem todo o interesse em esclarecer a situação e para tal estamos colaborando em todas as frentes possíveis com transparência para a solução do problema. Ao longo de todo processo, mantivemos aberto o canal de diálogo por meio de reuniões virtuais, *Facebook*, *e-mails*, telefonemas, e treze encontros com grupos de líderes da comunidade, com o Conselho Comunitário Consultivo e com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb. Agradecemos o convite, mas, infelizmente, não poderemos participar nesta ocasião. Gostaríamos de destacar que a região do ABC apresenta intensa atividade industrial, congregando os mais diversos setores produtivos no Polo e fora dele, onde muitos não são associados ao Cofip ABC. Entendemos, portanto, ser precipitado considerar o Polo responsável por todos os eventos de emissões atmosféricas, fuligens e ruídos, pois a região tem outras áreas de grande ocupação industrial, com potenciais fontes móveis poluidoras ao passo que nossas associadas cumprem rigorosamente a legislação ambiental do Estado de São Paulo quanto às emissões atmosféricas, como também todas as condicionantes das licenças operacionais requeridas pela Cetesb. Aproveitamos este ofício para convidá-los a visitar o complexo industrial responsável pela fabricação de produtos essenciais à saúde, inclusive, de combate a Covid-19, a fim de verificar *in loco* as atividades das empresas associadas ao Cofip ABC, assim como suas iniciativas com relação à adoção de práticas de gestão ambiental e sustentabilidade. Cabendo reiterar que o respeito ao meio ambiente e à comunidade do entorno são focos constantes de atenção e investimento por parte das associadas do Cofip. Atenciosamente, Francisco Ruiz, Gerente Executivo – Cofip ABC.”

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Ricardo.

Como foi lido aqui, pelo Vereador Ricardo Alvarez, está aqui o Comitê de Fomento Industrial do Polo do Grande ABC – Cofip ABC, mandando esta nota na qual questionam, inclusive, ser o Polo responsável pela poluição gerada e os males na saúde das pessoas.

Lembro que agora vai falar a Dra. Patrícia Iglecias, da Cetesb. Depois, abriremos a fala para a Sra. Raquel Fernandez Varela, que é representante dos moradores, e seguiremos com os inscritos que possam se manifestar, também. Ao final da lista de inscritos, que poderão se manifestar por até três minutos, nós devolveremos a palavra àqueles presentes à Mesa, para as considerações finais sobre o que foi ouvido, aqui.

Então, por favor, tem a palavra a Sra. Patrícia Iglecias, representante da Cetesb. Na falta dela, há outros dois que podem representá-la: o Sr. Cristiano Kenji Iwai ou a Sra. Maria Lucia Guardani. Qual dos três está presente, para poder falar?

O SR. CRISTIANO KENJI IWAI – Bom dia, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sr. Cristiano Kenji Iwai, representante da Cetesb, por favor, tem a palavra.

O SR. CRISTIANO KENJI IWAI – Bom dia, Vereador. Meu nome é Cristiano Kenji Iwai. Eu sou Assistente-Executivo da Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental da Cetesb e estou representando, aqui, a Dra. Patrícia, juntamente com a minha colega Maria Lucia Guardani.

A minha Diretoria, no caso, é responsável pelas agências ambientais e pelo licenciamento e fiscalização das fontes de poluição no Estado. Nós temos, ali, na região do ABC, duas agências ambientais, que são responsáveis pelo acompanhamento das indústrias – inclusive, do Polo Petroquímico de Capuava. No caso, o Polo Petroquímico, especificamente, é composto de doze empresas. Porém, existem outras empresas licenciadas no entorno, sendo importante ressaltar que, de fato, a Cetesb mantém uma fiscalização rotineira em qualquer empresa licenciada. Esse é um trabalho constante da nossa companhia.

No caso, especificamente, nós tivemos, ali, alguns relatos, a partir de outubro,

sobre a questão do pó preto. Por isso, foi imediatamente intensificada uma ação de fiscalização constante na região. Para se ter uma ideia, só neste ano de 2021 já foram aproximadamente trinta vistorias no entorno e nas empresas que compõem o Polo. Então, estamos constantemente atendendo qualquer ocorrência e fazendo uma fiscalização de rotina, também, para buscar a identificação das fontes de poluição. Todas as ocasiões em que foram constatadas ocorrências, sejam elas de odor ou de material particulado, isso foi objeto de autuação e nós seguimos no rigor da lei. Trabalhamos com parâmetros legislados, fazendo, além das fiscalizações, amostragens de chaminé, de poluição. Também se verifica o atendimento à legislação ambiental e há a parte de monitoramento da qualidade do ar, que eu vou deixar, depois, para a Dra. Lucia detalhar.

É importante ressaltar algumas falas. De fato, ali, na região, existem diversas indústrias químicas. Especificamente, no Polo, falou-se da questão dos organoclorados. Hoje, não se tem registro de empresas que trabalham com organoclorados, ali. Houve, sim, alguma empresa que trabalhou, mas isso foi há mais de vinte anos. Então, atualmente, não há registro disso nos licenciamentos.

Além disso, a Cetesb tem dentro da sua atuação a preocupação com a saúde da população, como comentou o Dr. Bocuhy. De fato, a Cetesb tem muitas pessoas formadas na Faculdade de Saúde Pública. Inclusive, eu tive a oportunidade de fazer um doutorado lá. Temos essa preocupação no nosso dia a dia, enfim, com a saúde ambiental, o que envolve a saúde humana, até dentro da lógica da Constituição, em seu artigo 225, que se considere a saúde das pessoas. Obviamente, determinados estudos epidemiológicos e ações de estudo direto da Saúde estão relacionados à Covisa, como foi dito pela Patrícia, mas há toda nossa preocupação, também, com essa questão.

Com a questão dos VOCs, que foram mencionados, há preocupação, também. Com certeza, avaliamos isso nas nossas amostragens de chaminé. Inclusive, nessas ocorrências recentes, o nosso pessoal de atendimento e emergência esteve nos locais, com detectores de VOC. É como eu falei: qualquer ocorrência que tenhamos constatado no local foi

objeto das ações administrativas que a Cetesb adota, por meio da aplicação de penalidades. Também, as exigências técnicas são feitas para adequação e não recorrência. Cabe ressaltar que a Cetesb tem feito rondas periódicas na região. É uma ação preventiva, até por conta de toda essa problemática que está sendo relatada, para se antever qualquer problema.

Eu vou passar para a Maria Lucia, para que aborde mais a questão da qualidade, em função das nossas estações de monitoramento da qualidade do ar. Posteriormente, estaremos disponíveis, também, para qualquer pergunta. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Agradeço a presença da Sra. Maria Lucia Gonçalves Guardani e peço que, por favor, complemente a fala anterior.

A SRA. MARIA LUCIA GONÇALVES GUARDANI – Obrigada pela oportunidade. Bom dia a todos. Gostaria de falar, então, sobre o monitoramento da qualidade do ar, que acontece na região de Capuava, nas nossas estações automáticas, desde a década de 1980, há quase quarenta anos. Ou seja, nós temos o registro histórico dessa região de quase quarenta anos. Isso é importantíssimo para a qualidade do ar. A qualidade do ar sofre com os fenômenos atmosféricos, quando chove, quando venta. Então, uma série histórica traz para nós qual é essa evolução e quais são as melhorias que ocorreram ao longo de todo esse tempo. Uma estação automática, como disse o Elio, é uma estação que traz informações de Saúde. É como se fosse um Posto de Saúde. A nossa função é ter um Meio Ambiente equilibrado e a Saúde é o foco principal.

A estação de Capuava mede os seis poluentes que são hoje regulamentados no Estado de São Paulo e na lei federal. Até gostaria de agradecer ao Elio pela oportunidade e dizer que nós somos, sim, proativos. Nós já medimos orgânicos voláteis de forma automática. Quem mexe com tecnologia sabe o que é ter um cromatógrafo automático, sem manuseio, que traz informações de benzeno – que é um poluente perigoso – e tolueno, de hora em hora, para a população. Todos os dados da estação Capuava estão *on-line* no *site* da Cetesb. Com essa transparência, a população pode enxergar os dados no celular, que hoje todos nós utilizamos.

Esses dados não têm manuseio. Uma estação automática, telemétrica, coleta uma

amostra. Um instrumento a analisa e disponibiliza os resultados, sem que ninguém manuseie o dado. Todos esses equipamentos são calibrados com rastreabilidade internacional. Nossa rede está elencada no *site* da Agência Ambiental Americana, como qualidade de dados. Hoje, nós ouvimos que as pessoas trabalham com equipes da USP, com as mesmas equipes que nós trabalhamos. Nós trabalhamos com o IAG e com o Instituto de Química. É com muita satisfação que eu digo que nós tivemos parceria nesses estudos, porque hoje sabemos que todos os nossos dados de qualidade estão em muitas teses, em que indicamos e informamos para a população qual é o ar que ela está respirando.

Hoje, temos, realmente, um problema muito grande nessa região, que é o incômodo causado por esse pó. É um incômodo que suja as casas e traz desconforto, no quintal, com os nossos animais. Contudo, também fiquei muito feliz quando ouvi a fala do pessoal da Saúde, do pessoal do Vigiante, de quem também somos parceiros. Quando a doutora avisou que as pesquisas no entorno não trazem problemas respiratórios já há alguns anos, eu fiquei extremamente satisfeita, porque nós acompanhamos os dados de qualidade do particulado 10 e do particulado 2,5. São partículas finíssimas, partículas inaláveis, partículas oito vezes menores do que o diâmetro de um fio de cabelo. Esse poluente, sim, vai para o pulmão. Vai para o sistema respiratório e causa problemas sérios na população. Então, eu fiquei muito feliz, porque esse é o resultado que a pesquisa tem, da nossa estação, para poder fazer as suas inserções, as suas análises clínicas.

A nossa estação é um grande nariz. É nesse nariz que entram alguns poluentes e são de toda essa tabela periódica que temos os recomendados pela Organização Mundial de Saúde. A OMS lhes dá valores e esses valores, desde que não tragam risco à população. E, quanto a qualquer cidadão acessar nossas estações, porque temos 63 estações no Estado, quase metade delas na Região Metropolitana, verificar que a qualidade do ar está boa significa que nós estamos dentro dos valores preconizados pela OMS.

A função do meio ambiente é garantir saúde, qualidade de vida. É importantíssimo saber e dizer que somos uma empresa pública, que é aquela que o povo confia. Veja o

Butantan hoje. Hoje nós confiamos numa pesquisa, nós confiamos numa vacina, nós confiamos numa empresa pública porque é para o povo que trabalhamos. Nós precisamos ter esse retorno e precisamos estar juntos nas batalhas para melhorar a qualidade do ar. A poluição do ar, às vezes, não se vê. Hoje estamos vendo uma sujeira no chão, mas o pior poluente a gente não vê e, às vezes, não tem cheiro, e, às vezes, não tem o que fazer. Temos de consultar, temos de estar ligados para saber qual a qualidade do ar. É por isso que há uma equipe de estudo que tem muito claro o que o mundo está fazendo em termos de qualidade do ar. Todos os nossos equipamentos são com aprovação internacional, todos eles calibrados uma vez por dia, por padrões internacionais. É importantíssimo que instale aqui para que a população saiba que ela pode saber como está a qualidade do ar. Onde ela está segura e qual é a missão da Cetesb. A missão da Cetesb é garantir qualidade de vida, saúde, equilíbrio ambiental e é para isso que nós estamos aqui. Eu estou aberta para qualquer questionamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigada, Sra. Maria Lucia Gonçalves Guardani, representante da Cetesb. Eu gostaria de dar uma saudação para o Vereador Danilo do Posto, da Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que está *on-line* e fará sua saudação.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE – Bom dia a todos, obrigado pelo convite. Quero parabenizar a propositura da Audiência Pública pelo Vereador e amigo, Alessandro Guedes, para discutir as consequências da poluição e contaminação do Polo Petroquímico do Grande ABC, os bairros São Rafael, Rodolfo Pirani, Jardim Elisabete, São Francisco, São Mateus e bairros adjacentes. É realmente muito importante trazer esse debate para a nossa Comissão, visando a melhoria da qualidade de vida e, principalmente, da saúde da população do entorno. Parabéns, Presidente Xexéu Tripoli e Alessandro Guedes, pela propositura. Estamos juntos. Grande abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Danilo do Posto, que também é um Vereador ligado à Saúde e está com a gente na luta pela saúde da

população. Gostaria de dar a palavra ao Vereador de Santo André, que está *on-line*, Wagner Lima para que faça a sua saudação.

O SR. WAGNER LIMA – Bom dia, quero agradecer também e cumprimentar o Alessandro Guedes, Vereador do Partido dos Trabalhadores, e todos os que estão participando, os especialistas e dizer que, no começo falaram que é uma questão que não envolve partido, e isso é importante, envolve, em primeiro lugar a vida, e para nós é muito importante. Eu agradeço ao Vereador Ricardo Alvarez pelo convite, porque nunca coloca a questão partidária à frente, sempre coloca a questão das pautas que são importantes para a população. Então, agradeço a você e quero dizer que é muito importante esse debate, quanto mais para nós.

Eu sou morador, nascido aqui na região do Capuava, tenho 50 anos e vemos os estudos da doutora e é o que mais as pessoas comentam aqui, e não veem o esforço concreto das autoridades para que se resolva esse problema. Parabenizo todos que estão envolvidos. Estou com mandato de Vereador agora, reiniciando um mandato e quero colocar o nosso mandato à disposição. E dizer que é importante saber que as pessoas estão fazendo esse debate porque é um momento difícil que estamos perdendo muitas vidas para esse vírus e muitas pessoas não têm nem o que comer e ainda estão gastando muito dinheiro com medicamentos, devido aos problemas respiratórios.

Eu moro numa rua abaixo aqui do Polo Petroquímico, na Avenida Nova Zelândia, e vejo reclamações todos os dias. Acordo com um pó preto no carro, na casa e nas roupas, então, eu sei o que é isso, desde criança conviver com essas dificuldades e com os relatos dos vizinhos, dos parentes, das pessoas que convivemos no dia a dia ao longo desses anos.

Sempre temos uma esperança em cima do estudo da doutora Maria Angela, que já cumprimento e agradeço. E temos de fortalecer, nos unirmos para que possamos, de fato... como falaram, não vamos conseguir acabar, mas amenizar e pelo menos fazer com que eles não sejam tão oportunistas. Precisamos de emprego, da indústria, mas vemos, às vezes, o oportunismo e a falta de credibilidade. As pessoas perdem a confiança, e ver o Ministério

Público, ver a Cetesb atuar com essas empresas nesse momento mostra que, de fato, há uma atuação séria, há pessoas sérias envolvidas para que, de fato, possamos melhorar e corrigir esses problemas que desde outubro tem se agravado muito aqui na nossa região, na região do Capuava, Ana Maria, Santo André, bairros adjacentes aqui da cidade de Santo André e Mauá.

Então, agradeço a participação e o convite e quero dizer que estamos à disposição para trabalharmos juntos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Wagner Lima, de Santo André, quero aqui dar a palavra ao Vereador que já passou, deu bom dia à Comissão, mas que deixou para fazer as suas perguntas após a Cetesb falar, que é o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Muito obrigado, Presidente, mais uma vez gostaria de parabenizá-lo pela ideia, pela propositura dessa Audiência e tenho certeza de que, depois dessa reunião, teremos mais ações capitaneadas por vocês, junto também com os Vereadores de Mauá, Santo André. V.Exa. pode contar comigo, como membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, também estarei junto e parabéns pela iniciativa. Eu ouvi alguns dos especialistas que me antecederam aqui, com a fala da Dra. Maria Angela Zaccarelli, que me remeteu uma lembrança de o quão importante é uma Câmara, como a Câmara de São Paulo, a maior Câmara da América Latina na questão de meio ambiente. Para quem não sabe, a Câmara Municipal de São Paulo inovou com a propositura da lei que proíbe o uso de amianto na construção civil e a doutora bem sabe, como outros especialistas que estão aqui, é uma discussão enorme, inclusive, foi judicializada essa questão, o porquê de ter sido proibido o uso do amianto, porque causava Asbestose, doença grave, então, isso me remete o quão importante é esse tipo de discussão aqui na Câmara.

Como eu disse, Presidente, tenho alguns questionamentos, principalmente, para a Cetesb, que nos chegou aqui, através da população, e como eu já disse a minha relação com Santo André, relação histórica e familiar com Santo André. Então, vou deixar aqui e num momento oportuno possam responder.

Quais são as empresas que hoje compõem o Polo Petroquímico de Capuava? E quais são as suas principais fontes poluidoras? Se a Cetesb ou outras que aqui estão podem nos informar? Também, quais as ações que a Cetesb vem adotando em face às reclamações da poluição, como nós vimos aqui diversos depoimentos, do entorno do Polo Petroquímico de Capuava? Se houve as constatações e a aplicação das penalidades às empresas?

Eu vi aqui o que foi relatado pelos dois representantes da Cetesb, inclusive ressalto aqui o que disse a representante da Cetesb sobre as empresas públicas, sobre as instituições públicas. Nós temos, sim, que respeitar muito e dar valor, principalmente em relação ao exemplo que ela citou sobre o Instituto Butantan. Eu inclusive sou veterinário de formação e tenho participado de muitas das discussões principalmente com essas instituições públicas. Então, se houver essas constatações, que haja aplicação dessas penalidades a essas empresas.

Qual é o monitoramento que ela já disse que existe – que ela explicou inclusive – em relação à qualidade do ar na região; e qual a situação desse monitoramento no dia de hoje? E, se existe, qual é o plano da ação da Cetesb para a condução desse caso?

E já me nos colocamos à disposição, como já disse o Vereador Alessandro Guedes, e reforço a contribuição desta Casa com a Cetesb, ou seja, com que órgão for que deveremos incluir nesse debate e nessa fiscalização. Muito obrigado, Vereador. Estou aqui sempre à disposição, e parabéns mais uma vez pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Vereador Rodrigo Goulart pela contribuição. Franqueio agora a palavra à Sra. Raquel Fernandez Varela, representante das comunidades das áreas afetadas e membro do Movimento de Defesa da Vida do Parque São Rafael e São Mateus. A senhora tem até cinco minutos para se manifestar. Após a Sra. Raquel, abriremos a palavras àqueles que se inscreveram no formato do *link on-line*, em que falarão até três minutos. A primeira oradora será a Sra. Carmen Rosa Cornejo. Depois, Sra. Gislene Cartiano. Já peço que se preparem.

A SRA. RAQUEL FERNANDEZ VARELA – Bom dia a todos. Primeiramente,

cumprimento todos os presentes – alguns que estou conhecendo hoje, outros colegas que já conheço de algum tempo: Vereador Alvarez; Carlos Bocuhy, do movimento ambientalista.

Começo agradecendo aos meus amigos da luta, que me escolheram para representá-los hoje para dizer algumas palavras sobre esse sofrimento; e agradeço principalmente a duas pessoas: a Dra. Maria Angela Zaccarelli, que angariou confiança absoluta da comunidade pela luta que ela trava por anos para nos ajudar; e o Exmo. Promotor de Justiça do Meio Ambiente, José Luiz Saikali. A luta ambiental brilha em Santo André por causa dele. Dr. Saikali, não temos como agradecê-lo.

Sou do MDV – Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC, movimento que já tem 36 anos em prol do meio ambiente na região – pela Billings, pelos rios, pelos mananciais – e que luta contra o Polo Petroquímico há mais de vinte anos. Fez sua primeira Marcha da Primavera Poluída em 2013, contra a poluição causada pelo Polo Petroquímico, da qual tanto se falou hoje aqui.

Escolhida para falar em nome da população, venho falar a vocês sobre sofrimento. Sobre o sofrimento de saúde a Dra. Maria Angela já falou brilhantemente. Então, falarei de outros sofrimentos. Existe o sofrimento físico, que se tornou um constante nos últimos tempos, que diz respeito ao odor exalado pelas empresas do Polo Petroquímico. Existe um óbvio sofrimento financeiro, pois, além dos remédios, as pessoas gastam com produtos de limpeza, banhos em animais, desvalorização de imóvel, animais com dermatite etc.; enfim, um sofrimento que não tem fim.

O sofrimento também diz respeito ao trabalho, às horas que temos dedicado a essa luta. Esse problema começou em meados do ano passado. Não começou em outubro, começou antes. Tem mais de um ano de reclamações por mídia, por *WhatsApp*, *Facebook*, de chamar a Globo, de chamar a Record, até que fôssemos ouvidos. São horas de dedicação de muitos de nós que estamos aqui nesta Audiência Pública.

Talvez o pior, o sofrimento psicológico com o ruído das sirenes. Essas sirenes se tornaram uma constante no Polo Petroquímico. Num mundo em que houve a tragédia de

Brumadinho após a sirene; em que vimos o desastre da Braskem, que fez desaparecer cinco bairros inteiros em Maceió; em que a White Martins explodiu na semana passada em Fortaleza, as pessoas estão em pânico com as sirenes. Não há critérios, ninguém sabe os horários, ninguém sabe se é treinamento, ninguém sabe se faz algo ou se não faz nada quando as sirenes tocam.

E há o sofrimento psicológico da contestação. Como já foi dito hoje brilhantemente, não existe direito adquirido de poluir, mas somos sempre contestados com “Sai daí”, “Vende a sua casa”, “O Polo chegou antes”; e ainda há os empregos. Então, é um sofrimento psicológico enorme lutar por um direito coletivo, que é o meio ambiente saudável.

Esses são os dois sofrimentos psicológicos principais.

Em relação a esse tema, eu tenho desencorajado todo o grupo a conversar com o Cofip. O Polo Petroquímico é uma abstração, não existe, não tem CNPJ, não tem diretor estatutário, mas eles se escondem atrás disso. Tanto é que as ações do Dr. Saikali são contra empresas, com nome, sobrenome: Cabot, Braskem, Recap. Quando nós os tratamos como Polo, eles se escondem atrás desse Polo com uma associação que, na verdade, é de fomento comercial, portanto não tem autonomia para fazer uma série de coisas.

Enfim... (Falha na transmissão.) ...respostas, como a que o Vereador Alvarez leu hoje: de que estamos todos loucos, de que eventualmente a poluição vem de uma pizzaria etc. Esse é um sofrimento psicológico gigante.

Há outro sofrimento psicológico, que é relacionado à atuação da Cetesb. A Cetesb nos ouve, reúne-se conosco há um mês, dois meses no máximo. Depois de muita mídia, muito *Facebook*, depois de convidarmos deputados para conversar conosco, como a Deputada Estadual Marina Helou, a Cetesb resolveu nos ouvir sendo que as reclamações datam de agosto do ano passado. Ou seja, uma atuação tardia, também altamente questionável nas respostas. Temos resposta de um episódio segundo a qual nada se havia constatado, depois de aparecerem multas para duas empresas.

O valor e a quantidade das multas são outro sofrimento nosso. A Braskem foi

atuada com multa de 600 mil reais; e, em menos de 24 horas, anunciou 15 milhões de doação. É como se Braskem estivesse rindo de nós. O que são 600 mil reais para a Braskem? Então, essas multas teriam que ser mais frequentes e efetivas, o que não está acontecendo.

Sobre as reuniões. A Dra. Maria Lucia, indubitavelmente, é uma técnica fantástica, trouxe informações hoje relevantes; mas alguns de nós já ouvimos sobre essas estações, e hoje é a quarta vez que ouço sobre isso. Quando perguntados sobre o material preto particulado oleoso que invade as nossas casas, a resposta é: “Ah, as estações medem outra coisa”. Muitos de vocês não tinham ouvido, mas, para nós, há muitas explicações e pouco plano de ação.

Tenho outro compromisso a seguir e já gostaria de sugerir encaminhamentos. Primeiro, do Poder, de muitos de vocês aqui que são políticos e têm o poder de alterar leis etc. Como disse o Bocuhy, o problema é estrutural, ele não pode ser tratado como episódico. Então, gostaríamos de cobrar do Poder Público coerência nas decisões que envolvem pessoas que podem ser afetadas. Em 2003, foi aprovada uma alteração na legislação de zoneamento para permitir a ampliação do Polo, altamente questionada na época, e hoje vemos os resultados.

Hoje vemos discrepâncias entre municípios: enquanto Santo André cumpre Termo de Ajustamento de Conduta reduzindo o adensamento em volta do Polo, o Município de São Paulo quer pegar terrenos que são de amortecimento, que deveriam ser áreas verdes, para fazer Habitação de Interesse Social. Então, temos que ter coerência em relação a como vamos estruturar isso para os próximos anos, para que decisões tomadas no ano que vem não reflitam daqui a cinco anos. Esse seria um dos encaminhamentos.

Em relação ao Polo, Vereador, tratá-lo como empresas, com CNPJ. Sabemos que se trata de três ou quatro empresas que têm *flares*; elas têm nome e elas não são o Polo.

E principalmente em relação à Cetesb: a sua atuação tem que ser fiscalizada. Todos nós somos fiscalizados: como políticos, no mundo corporativo etc. Da mesma forma, a atuação da Cetesb tem que ser fiscalizada. Não é uma atuação rápida, não é uma atuação

transparente. Nós realmente não temos confiança, como já foi dito aqui. Muitas vezes, a Cetesb nos dá respostas que não condizem com a realidade.

E nisso da transparência, eu vou pedir duas coisas. Na primeira reunião com a Cetesb, nós sugerimos que os *flares* fossem filmados 24 horas. Trago uma ideia que uma pessoa do Polo me deu, sobre polos petroquímicos no mundo inteiro, em Milão, na Espanha, e eles solicitaram, mas para visualização da Cetesb. E não foi essa a nossa sugestão.

O que a Cetesb faz é público. Nós queremos monitoramento dos *flares* por 24 horas, com acesso da população. Então, nós queremos essas imagens e queremos que elas estejam disponíveis para qualquer um, como monitoramento do ar, como foi dito agora, 24 horas por dia.

A segunda coisa é que a Cetesb está providenciando um laudo de material recolhido nas escolas, para tentar identificar o responsável; e nós já pedimos algumas vezes se nós vamos ter acesso a esse laudo ou não. Então, tudo o que a Cetesb faz é público, como licenciamentos ambientais etc. E essas informações são públicas. São esses os meus encaminhamentos.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu quero dizer que nós temos uma lista aqui com mais de dez inscritos. Então, peço gentilmente que os convidados que irão falar atentem-se aos três minutos, para que a gente consiga ouvir, pelo menos, uma devolutiva final de cada membro desta Mesa, que já fez a sua exposição.

Tem a palavra a Sra. Carmen Rosa Cornejo.

A SRA. CARMEN ROSA CORNEJO – Bom dia. Obrigada a todos. Obrigada à comunidade e obrigada às representações. Eu moro no Jardim Elizabeth há 25 anos, no Parque São Rafael. Convivo com o entorno do Polo e com todos os poluentes. Faço minhas as palavras da Sra. Raquel. Não é de hoje a poluição. Não é de hoje esse odor e não é de hoje essa fuligem. Tornou-se em maior massa? Sim, em meados do ano passado. Isso nós comunicamos às autoridades, comunicamos à Cetesb e comunicamos ao Polo Petroquímico o

nome do seu referenciado Cofip. Nós não recebemos, no ano passado, qualquer atividade eficaz de amostragens daquela densa fuligem que eu, como munícipe, chamo como pó preto, porque eu não sou química e não atribuo e não sei de quem é.

Eu esperava que, no ano passado, se fizessem amostras para se identificar o que é aquele pó preto, denso e gorduroso. Podem lavar com água, sabão e detergente, mas o que é isso? O que isso trouxe de mal a nossa saúde? O que isso causou de impacto ao meio ambiente? Não houve isso por parte da Cetesb. Houve sim pelo seu Cofip, representante que se diz do Polo Petroquímico, cujas amostras não foram apresentadas nos laudos.

A Cetesb se apresenta apenas em 22 de março, onde faz coleta de três amostras, passados meses daquela densa fuligem. Hoje é público e notório que há uma parada de algumas empresas lá. É muito estranho, e eu, como munícipe, questiono: "Como é possível não se identificar o DNA desse causador? O que é esse pó". Entre o abismo de saber quem é o poluente, até posso entender que vai se precisar de um estudo, mas não saber o que é esse denso pó, o que é isso, é muito estranho para quem tem tanta tecnologia. É muito estranho nós não termos respostas a isso. Ninguém questiona a conduta, se Cetesb tem laboratórios. Não é isso, mas faltou ação, faltou ação, e nós cobramos sim do Poder Público, das autoridades aqui presentes a eficácia e a transparência dos seus laudos. A Cetesb tem feito reuniões sim conosco, mas, de março para cá, tem feito e nós cobramos e vamos cobrar sim, a população, porque é um direito nosso saber o que nós respiramos e o que nós temos de contaminação.

Com relação ao que foi dito pela representante da Saúde, das UBSs, eu entendo que deveria haver um painel maior de monitoramento, porque nem sempre os dados estatísticos são pontuados. Falta tecnologia nas UBSs. Precisamos ir a campo nas UBSs e saber, de fato, quais são os munícipes atingidos. Todas as UBSs estão tendo que mudar o foco. Talvez haja maior empenho também dessas áreas.

Eu espero que isso não termine aqui e que se façam maiores ações. Com relação ao ato do dia 9, que foi sobre odor, a estação da Cetesb dizia ar em boa qualidade, sendo que foi gravíssimo o ato que foi feito, sobre combustão e odor.

Então, em que momento essas estações medem, de fato, o que é para nós constatado?

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Talita Dias.

A SRA. TALITA DIAS – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade. Estou aqui com meu pai, Wellington. Minha família tem de moradia aqui no bairro mais de cinquenta anos. Então, esse problema já é recorrente. A briga já é de muito tempo.

Eu venho aqui só para endossar e agregar, como complemento, de verdade, a insatisfação, porque não temos vozes junto ao Polo. Então, somos representados por essa Cofip. O problema é recorrente. Temos problemas de saúde, chão, pele, *pet* e tudo o que os senhores imaginarem, tudo o que já foi falado aqui.

Só peço um controle efetivo. São empresas que estão sem ISO, de 9001, de 14001, e onde está feita essa verificação? Para haver ISO, é preciso haver um controle do que é emitido. É preciso haver um controle dos equipamentos e é preciso haver essa manutenção recorrente. E a gente nota que isso não é feito.

Em relação à fala feita – eu vou usar o termo que foi falado, do nariz da Cetesb – eu convido que os senhores venham aqui. De repente, possam trazer um nariz móvel, para medir aqui. Há odor. A poluição é forte, o barulho é terrível e os senhores vão conseguir notar e identificar qual é o tipo de produto químico que está aqui.

É impossível não haver alguma análise físico-química de hidrocarbonetos, que não consigam identificar e fiscalizar de vez essas empresas. Multa é necessária. É preciso sim, mas, como já foi dito, multa de 600 mil reais não é nada para essa empresa que fatura milhões, porque muitos produtos são vendidos dolarizados. Então, a gente precisa dessa representatividade. De verdade, é grata a oportunidade de estar falando. Eu espero que todos os representantes de Governo que estejam aqui com a gente levem para frente isso e nos represente, porque o voto é isso, é para representar a população. E a gente está à disposição também para o que precisarem.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Suênia Camila Correia.

A SRA. SUÊNIA CAMILA CORREIA – Bom dia a todos. Eu quero agradecer especialmente ao Prof. Ricardo Alvarez. Foi pelo seu portal que eu fiquei sabendo do evento. Também quero agradecer ao Sr. Wagner Lima, de Santo André, de Capuava. Eu sou moradora de Capuava. Moro bem próxima à Petroquímica, na Rua Apalaches. Eu acho que só quem é morador daqui vai saber explicar, como outros moradores que moram perto da Petroquímica. Para além do problema da poluição, que já é grande, também existe o problema do ruído. Muitas vezes, a gente acorda com explosões. As portas das casas e janelas ficam batendo.

Por exemplo, o meu gatinho tem a parte de baixo branquinha. Ele chega todo preto em casa com esse pó. Então, essa Comissão é muito importante para nos ajudar, ainda mais sabendo que a gente está correndo risco de vida; e tudo indica que nossa saúde está sendo negligenciada.

Então, quero agradecer a oportunidade, e é muito importante a participação da comunidade.

Um beijo a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Milena Ferreira Ramos.

A SRA. MILENA FERREIRA RAMOS – Bom dia. Eu moro aqui no bairro Parque Capuava há trinta anos. Eu nasci aqui. Eu cresci acostumada com os aspectos do Polo, que é fuligem, mau cheiro e ruído paisagístico, porque querendo ou não, a gente está de cara com o problema. O básico é tudo o que a gente ouve.

Eu gostaria muito de estar falando isso para o Polo Petroquímico empresas, porque, de certa forma, a gente se prepara para falar para eles e não apenas para os Vereadores, políticos e as pessoas capacitadas daqui.

Eu tinha preparado para falar basicamente a eles, incluindo coisas que eles

poderiam inserir e nos beneficiassem, porque estamos acostumados com o *flare*, estamos acostumados com a paisagem, e é isso, precisamos nos acostumar a tudo.

E nós ouvimos estudos e mais estudos que são feitos há anos, todos sabemos o que está acontecendo aqui, não precisa ser detetive e nem trabalhar na NASA para ter esse conteúdo, ou seja, se ficarmos aqui um dia, do próprio quintal, a gente escuta todo dia muito ruído, precisamos mesmo andar com o medidor decibelímetro para falar que está tendo ruído? A gente precisa ficar com equipamento químico para falar que está tendo poluição? A gente não precisa disso. Nós precisamos de bom senso. E bom senso tanto dos políticos, aqui presentes, pois têm capacidade de voz e de atuação, bem como do povo em si, que nem está aqui para poder falar. Então, falamos para quem? Quem vai fazer alguma coisa?

Vamos ficar falando entre nós aqui: “Olha, Cetesb, está acontecendo isso, isso e isso”, como se a Cetesb não soubesse; “Olha, ajudem aqui, não estamos mais querendo isso aqui”. Cadê eles? Não sei.

Eu gostaria de ter dito muito mais coisas em relação às proposições, bem como melhorias a serem feitas, por exemplo, mapeamento de área de influência da Petroquímica, mas, não sei, não daria muito para falar porque não são pessoas de lá. E por mais que se diga sobre o desenvolvimento sustentável, seria uma forma mais simples da gente viver, mas a gente percebe que estão acostumados, e não pensam na nossa sobrevivência, bem-estar, então, um meio ambiente saudável – que está descrito na Constituição – a gente não tem. Cadê? E nós não temos nem para quem reclamar.

Ok. Acredito que seja isso, resumidamente. Obrigada. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Milena Ferreira Ramos. Quero dizer que vamos abrir aqui, no final da nossa reunião, da nossa Audiência Pública, um canal para que possamos receber todo tipo de sugestão, críticas, perguntas, para que nossos canais oficiais, pela atuação parlamentar, através de requerimento de informação, através de um convite ou mesmo de uma convocação, obter desdobramentos oficiais sobre os questionamentos que pretendemos fazer. E nada melhor do que vocês que sentem na pele,

passam todo dia por isso, e sabem o que estão passando, nos assessoro nesse sentido: fornecendo conteúdo para que a gente vá na veia do problema e, juntos, busquemos a solução do problema. É essa intenção, a partir de agora, que essa Audiência Pública nasça com o objetivo de fazer uma parceria com outros municípios buscando alternativas e soluções.

A SRA. MILENA FERREIRA RAMOS – Desculpe interromper. Temos a proposição incluindo grupos e não apenas para a Prefeitura e para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sim, criação de um Comitê. Falaremos disso ao final, pode ficar tranquila, obrigado.

Próximo inscrito é o Sr. Luís Henrique Barbosa. (Pausa). Não está presente.

Passo a palavra à Sra. Milena, ah, já se pronunciou, o nome estava repetido.

O próximo é o Sr. Kennedy Silva Santos. Está na sala? (Pausa). Não está.

Então, Sra. Nina Zambadino, por favor? (Pausa). Nossa assessoria constata a ausência.

Chamo agora o Sr. Fernando Alves Calligaris.

O SR. FERNANDO AURÉLIO CALLIGARIS GALVANESE – Sou Fernando, mas não Alves, e sim, Aurélio Galvanese.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Desculpe, Sr. Fernando Aurélio Galvanese, com a palavra, por gentileza.

O SR. FERNANDO AURÉLIO CALLIGARIS GALVANESE – Sou médico sanitário, da Secretaria da Saúde do Estado. Trabalho no Grupo de Vigilância Epidemiológica, na região do Grande ABC, que é um braço da Vigilância do Estado.

Eu quero dizer que não estou representando a Secretaria de Estado, eu posso dizer que represento, sim, que represento o Grupo de Vigilância Epidemiológica no qual eu trabalho.

Desde já envio um abraço aos Vereadores de Santo André, Ricardo Aparício e Wagner Lima, que são dois bons representantes dos interesses da população nessas questões da Saúde e do Meio Ambiente.

O que eu quero dizer, rapidamente, é o seguinte: a Dra. Maria Angela, uma colega

querida, que há muito tempo se dedica a essa questão, praticamente uma vida de dedicação e competência em relação a isso, levantou essa problemática há muitos anos. Em 2007, no Centro de Vigilância Epidemiológica, ela fez estudo muito aprofundando, foi um estudo de prevalência, com controle, comparando a população do entorno do Polo Petroquímico, uma população também de uma área industrializada, mais distante e fora da abrangência do Polo, lá em Diadema, na região do Serraria. Nessa pesquisa, ela constatou que, de fato, há uma prevalência muito maior da tireoidite crônica autoimune na população do entorno do Polo Petroquímico.

Dependendo do critério do diagnóstico utilizado, aliás foram utilizados dois critérios diagnósticos naquele estudo, a prevalência na população do Polo Petroquímico foi de 78% a 138% em relação ao que se observou na população da área industrializada lá em Diadema.

E uma questão muito importante é que assim: esse risco, da prevalência maior, principalmente naqueles moradores que moravam lá há mais tempo. Então, quando você passa muito tempo num lugar, ou seja, o tempo de exposição nessa área supera vinte anos, essa prevalência vai aumentando gradativamente de uma forma muito acentuada.

Quero dizer ainda que, nessa questão específica, foram expostas várias questões, agora mesmo temos o problema do pó preto, os problemas dos odores e dos ruídos etc., ou seja, uma plêiade de problemas, mas especificamente da tireoidite crônica, um dos principais fatores é que até hoje não se identificou quais são as substâncias químicas que estão, de fato, envolvidas no problema. Que elas são muito provavelmente, quase que com certeza, relacionadas ao Polo Petroquímico, não há dúvida com relação a isso, mas quais são essas substâncias? Para que a gente possa agir de uma forma profilática, precisamos saber quais são, para impedir que elas continuem sendo emitidas e não causem mais danos à população.

Esse é um problema que precisa muito ser superado. Acho que todo o trabalho que o Dr. Saikali tem tido na Promotoria Pública tem colaborado para esse caminho. O trabalho foi executado pelo Laboratório de Poluição, na esfera experimental, da Faculdade de Medicina da USP que contou com os recursos levantados pela Promotoria Pública, estão dando andamento

a essa busca. Mas ainda não temos a conclusão dessa questão.

E, para terminar, gostaria de fazer uma proposta. Acho que, com tudo isso que foi falado aqui, se conseguíssemos constituir uma comissão interinstitucional que tivesse a participação da população, não sei como a população poderia estar representada, talvez o MDV – o Movimento de Defesa da Vida – pudesse fazer esse papel, para congregar todas as instituições que tenham responsabilidade a respeito dessa questão. Poderiam se reunir e dar, definitivamente, um andamento mais efetivo mesmo à solução de tudo isso, afinal, esses problemas são reais e precisam ser resolvidos.

Muito obrigado pelo convite e pela possibilidade de participar desse debate. Um abraço ao pessoal que tem se debruçado muito sobre isso, como a Dra. Maria Lucia, sei que tem trabalhado em cima disso, o Dr. Saikali e os próprios Vereadores, sejam de São Paulo ou de Santo André.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Galvanese, ex-Vereador de Santo André, hoje na Secretaria do Estado da Saúde, pessoa que pode contribuir muito conosco com o conhecimento que tem, e pela sabedoria que demonstrou nesse debate. Muito obrigado pela presença em nossa Audiência Pública. Fui informado aqui pelo nosso colega Ricardo Alvarez sobre a sua atuação importante na cidade de Santo André.

Quero agora convidar e franquear a palavra ao Sr. Alexandre Costa, da Rede Capi. Está presente? (Pausa). Não.

Próximo inscrito é o Sr. José Carlos Martins, do Conselho Participativo Municipal de São Paulo. Está presente? (Pausa). Desculpe, é Sr. Jean Carlos Martins. (Pausa). Não.

Vamos ao próximo, o Sr. Carlos Eduardo Ferreira dos Santos. Presente? Não.

Sr. Adilson Araújo, da OAB de Santo Amaro. Está presente? Ok. Tem a palavra Sr. Adilson.

O SR. ADILSON ARAÚJO – Dentro do que foi falado, a nossa questão da Comissão dos Direitos dos Animais, na OAB de Santo Amaro, é um pouquinho longe, mas temos amigos que estão por aí, e tem animais que estão por aí.

Foi bom a Raquel ter falado, e, se eu não me engano, a Milena também ter falado nos animais, porque não adianta apenas nos preocuparmos com as pessoas, porque tem gente que fala: “Nossa, mas você se preocupa com os animais. E as pessoas?”. Eu faço outras coisas também, mas essa questão dos animais, da atenção veterinária... Inclusive eu não vi ninguém dar atenção veterinária, apesar de que a Covisa tem a Uvis, que é para isso, mas eu acho que tem que determinar um caminho para a defesa dos animais, para olhar os direitos dos animais nessa região, porque estão sofrendo bastante, mais até que as pessoas, porque eles não têm manifestação própria.

O nosso pedido é este: que haja uma Comissão, qualquer coisa do gênero para atender e cuidar dos animais, que estão sofrendo absurdamente há muito mais de vinte anos por causa dessa Petroquímica, porque eu lembro que há mais de trinta anos eu já ia para Mauá e existia isso. Agora, existir e o pessoal não aceitar, falar que não é deles, isso sempre aconteceu. Daí aquela questão da coisa pública, do patrimonialismo, como disse a Maria Lucia, ter que acabar, porque o povo toma o patrimônio público como seu, e aí defende de forma a não olhar o público em volta. Então, penso que essa questão toda tem que ser cuidada. A atenção ao animal, já que eu não vi a Uvis em prontidão, aqui deveria ter alguém para dar as orientações.

Obrigado. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado pela orientação, Sr. Adilson Araújo, da Comissão de Defesa dos Animais da OAB de Santo Amaro.

A próxima inscrita é a Sra. Ligia Mendes da Silva. Está presente? (Pausa). A próxima inscrita é a Sra. Vanessa da Silva Oliveira, moradora da região. Está presente? (Pausa). A próxima inscrita é a Sra. Maria Eneida Santos.

A SRA. MARIA ENEIDA SANTOS – Bom dia. Sr. Adilson, justamente eu ia falar sobre os animais. Nós aqui temos muitos relatos envolvendo os nossos pets, e a gente sofre também, porque além de gastar dinheiro com a limpeza da casa, com remédios de diversas ordens, não só da tireoide, como para problema respiratório e problema de coração – porque

geralmente uma coisa puxa a outra –, nós ainda temos muito gasto com *pet shop*. Antigamente se gastava 20 a 30 reais para lavar um cachorro de médio porte, só que hoje estão cobrando 70 reais para lavar o pobre do animal, que realmente não pode falar e não se queixa.

Os animais não podem tomar banho todos os dias e, infelizmente, há cachorros, dependendo da pelagem, que estão sendo levado três vezes por semana para que deem conta e terem um pouco de sossego por causa da coceira. Nós temos relatos de coceira, de feridas, de bolhas pelo corpo. Se foi feito um estudo em que os ratos sofrem com o coração e com os pulmões, imaginem os cachorros, os gatos e outros? Assim como sofre o meio ambiente em geral, as árvores e as nossas plantas. Algumas plantas do nosso quintal morrem de repente e ninguém sabe por que, e, quando vamos olhar a fundo, vemos umas manchas nas plantas e vemos que aquilo não é da água, porque, se fosse, nós também estaríamos lascados.

Eu percebo que nós gastamos muito com os animais e eu não vejo ninguém falando desses pobres, levando em consideração a vida que eles estão levando, não é porque são cachorros que têm que levar vida de cachorro. Eu acho que uma pesquisa e acompanhamento a respeito seria muito bem-vinda. Isto é o que a gente quer: que seja realmente pesquisado e verificado de onde vem esse pó, porque falar para nós que esse pó preto está vindo da pizzaria, por favor, é mais fácil nos dar um atestado de burrice. Nós não somos tão idiotas assim. Apesar de nós não sermos formados, eu não sou química, eu não sou doutora em nada, eu também não sou totalmente leiga a ponto de virem falar para gente que problema de tireoide é pelo iodo do sal. Se fosse assim, o Brasil inteiro tem problema de tireoide.

Brincam muito com a nossa questão, não levam a sério, fazem piada e levam na brincadeira, mas nós que gastamos dinheiro com remédios diversos não estamos aqui para brincadeira, não.

Bom dia a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigada, Sra. Maria Eneida, pela colaboração.

O Sr. Breno Silva se encontra presente? (Pausa). Sra. Maria Claudino Moraes? (Pausa). A próxima inscrita é a Sra. Talita Ferreira. (Pausa). O próximo inscrito é o Sr. Sérgio Henrique Forini. (Pausa). Por fim, o Sr. Dr. Carlos Rocha. (Pausa). Não está presente.

Eu gostaria, de prontidão, de passar a palavra ao Vereador Ricardo Alvarez, de Santo André, para fazer uso da palavra e questionamentos referentes à Audiência.

O SR. RICARDO ALVAREZ – Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que esta Audiência está sendo muito significativa por ter apontado efetivamente que nós não podemos fugir dos problemas que persistem na região, produto da ação das empresas que compõem o Polo Petroquímico; as intervenções dos especialistas, dos ativistas ambientais e do público que participou da Audiência mostram isso com muita clareza.

Na sessão de daqui a pouco na Câmara de Santo André, eu vou mostrar os resultados desta Audiência Pública aos 21 Vereadores de lá e vou convidá-los a participar ativamente dos trabalhos relativos a esta Audiência Pública. Eu queria dizer que o Vereador Alessandro Guedes acertou a mão em fazer a convocação desta Audiência; as contribuições foram muito grandes, e está colocada aqui a proposta para nós criarmos um grupo de trabalho amplo, com a participação da comunidade, do Parlamento, do Poder Executivo, dos órgãos de fiscalização. Enfim, que seja ampla no sentido de criar um grupo de trabalho para que nós debatamos e apresentemos alternativas a esse problema que persiste há muito tempo na zona Leste de São Paulo, Santo André e Mauá.

Parabéns, Vereador, pela execução da Audiência, e ao público participante. Repito: lamento profundamente a ausência das empresas do Cofip, dos representantes do Polo Petroquímico. Agora é somar esforços no sentido de buscar saídas alternativas para esse problema que afeta a população do entorno.

Obrigado, Vereador, e vamos trabalhar agora para a solução dos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Ricardo Alvarez, pela sua contribuição. O Roberto, da minha assessoria, que está hoje aqui trabalhando presencialmente, correndo para lá e para cá, está me informando que há um último inscrito que

não teve a oportunidade de fala.

Tem a palavra, portanto, o Sr. Matheus Troilo. (Pausa).

Está presente o Sr. Matheus Troilo? (Pausa). Sr. Matheus Troilo, se estiver presente, abra o microfone e fale. (Pausa). Estou vendo o senhor, mas não escutamos sua voz. Por favor, fale alguma coisa para a gente ver se sai o som. (Pausa). Desligou, ligou? (Pausa). Sr. Matheus, não está saindo o som.

Teve uma pessoa que quando eu chamei não estava na sala, mas parece que surgiu e vai ser a última porque temos de caminhar para o encerramento.

Então, a Sra. Lígia Mendes da Silva.

A SRA. LÍGIA MENDES DA SILVA – Boa tarde. Meu nome é Lígia Mendes, sou servidora municipal da Secretaria de Saúde de São Paulo, da Vigilância em Saúde do Trabalhador. Agradeço a oportunidade de fala. Eu tinha me inscrito no *link* e estava preocupada.

A nossa ação de Vigilância em Saúde do Trabalhador é da zona Leste e abrange o território de São Mateus, Itaquera, Guaianases. Então, é uma ação importante esta Audiência Pública visando a defesa da vida dos trabalhadores e moradores.

O que queremos contribuir aqui é na defesa da necessidade de a gente debater esse assunto com a seriedade que ele chama atenção. Teoricamente, estamos em um mundo se desenvolvendo, a sua tecnologia em um nível absurdo de se debater nova Revolução Industrial, empresas com tecnologia 5G e, ao mesmo tempo, a gente ainda encara uma realidade de processos produtivos que causam esse tipo de dano aos moradores, ao meio ambiente e aos trabalhadores.

No desenvolvimento tecnológico mundial em que a gente tem tecnologia para mandar gente à Lua ou a outros países ou para pesquisar coisas tão desenvolvidas não ter tecnologia para garantir a segurança ambiental e a segurança de saúde do nosso povo em um País com possibilidade de desenvolvimento tão grande como o Brasil.

Então, além de parabenizar a iniciativa desta Audiência Pública, fortalecer a

necessidade do controle social, da organização dos trabalhadores, dos moradores para que essa luta avance porque, realmente, a gente não está lidando com qualquer problema. É um Polo Petroquímico poderosíssimo. Inclusive, como já foi citado por uma das moradoras, tem um problema ambiental em cinco bairros com uma das empresas na região Nordeste. Então, não é só técnica a questão. Ela é política, sim, é política na capacidade de enfrentamento do grande capital localizado naquela região que enriquece no nosso Município, enriquece nos municípios de abrangência e causa esse dano. Então, é questão técnica e é uma questão política forte que tem de ser enfrentada para superar esse problema.

Agradeço a oportunidade de fala. O trabalhador da Leste também está aí na questão do acompanhamento da questão dos trabalhadores envolvidos nesse processo produtivo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Lígia Mendes.

Queria partir para o encerramento e encaminhamentos finais dizendo o seguinte: algumas pessoas estão relatando no *chat* que havia se inscrito e não foi chamado. A lista que chegou até as nossas mãos, chamamos todos, mas, eventualmente, pode sim ter acontecido algum erro devido essa mecânica e essa adaptação que estamos tendo de ter agora no formato virtual. Então, eventualmente, quem não foi contemplado a gente pede desculpas. Desculpas e uma garantia que o nosso trabalho não para por aqui; desculpa é só uma garantia também que essas pessoas possam se manifestar através do nosso e-mail, através dos nossos canais digitais. Como eu já havia dito, queremos que vocês que sofrem problemas nos alimente com as informações para que a gente possa fazer questionamentos necessários, as perguntas, apontar a voz que somos de todos pela Câmara e possamos atuar e levar adiante esses anseios, essas dificuldades que são relatadas pelos moradores.

Queria dizer que o nosso mandato quando foi procurado pelos moradores do Parque São Rafael, Rodolfo Pirani, Jardim São Francisco, Jardim Elizabeth, em São Mateus, de bate-pronto chamamos esta Audiência Pública para entender o que estava acontecendo,

para conversar, compreender por onde temos que atuar. Atuar começando por onde? É essa pergunta que estamos respondendo agora e que possamos fazer uma ação integrada, como demonstra que a presença do Vereador Ricardo Alvarez, aqui ao meu lado, da Câmara de Santo André; do Vereador Wagner Lima, que está aqui presente; o Vereador Xexéu Tripoli, que é do PSDB; Rodrigo Goulart, que passou aqui e que é do PSD; o Vereador Danilo do Posto, que falou e que é do Podemos. Queremos fazer uma ação integrada, de várias mãos, junto com a população.

Falou-se de assuntos e questões e queixas importantes junto com o Movimento em Defesa da Vida, que foi bem aqui franqueada a palavra, junto com esses especialistas, ambientalistas, a professora que também se manifestou e tem o estudo importante junto com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e integrantes da Cetesb e de outros órgãos que tem necessidade do Ministério Público – anotei o nome aqui de uma pessoa que foi falar que acredito que seja o Promotor Saikali, que pelo que eu entendi é um parceiro nessa luta dos moradores. Então, junto com todas essas mãos, possamos construir o diagnóstico para buscar solucionar esse problema.

Volto a dizer que, sim, o emprego é importante, ninguém tem dúvida disso. O desenvolvimento é importante. Mas não tem trabalhador se não tiver trabalhador com saúde. Não tem emprego se não tiver pessoas que tenham condições de trabalhar. Então, nossa atuação aqui na Câmara já questionou a Secretaria Municipal de Saúde sobre o que ela tem de informação sobre esse caso para que remeta à nossa Comissão de Meio Ambiente e questionamos a Secretaria do Meio Ambiente sobre o que ela tem acumulado que remeta à nossa Comissão de Meio Ambiente. Já questionamos também a Cetesb para que ela nos responda alguns questionamentos, que eu quero ler rapidamente aqui.

– É lido o seguinte: (Requerimento da Comissão para a Cetesb)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Aqui foram trazidos elementos importantíssimos. Foi falado que além da saúde do morador, não podemos esquecer da saúde do pet, aqui na fala da Sra. Raquel. Ela trouxe muito bem os danos que esse pessoal, esses

moradores, essas famílias sofrem no entorno com dramas físicos. Ela falou de sofrimento físico, sofrimento financeiro, sofrimento de trabalho, sofrimento psicológico. O conteúdo que trouxe aqui o Sr. Elio, a Sra. Maria Angela, o Sr. Carlos também, o Bocuhy também falou muito bem. Também o representante da Secretaria de Saúde, a Sra. Patrícia Salemi, Sr. Rodrigo Ravena e também os representantes da Cetesb, a Sra. Maria Lucia Guardani e o Sr. Cristiano Kenji.

Então, a gente quer, a partir de agora, propor encaminhamentos. Primeira coisa, uma força-tarefa. Temos de trabalhar sob os regimentos da Câmara Municipal de São Paulo, da Câmara Municipal de Santo André. Acredito que a de Mauá também vai se interessar. Temos de trabalhar debruçados sobre o nosso Regimento, porque é de interesse público e das divisas e formar um grupo de trabalho em que possa participar todos esses atores envolvidos nesta Audiência Pública: especialistas, ambientalistas, MP, que nós vamos convidar, Cetesb, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Vereadores, população, movimentos e, se eles quiserem, porque vão ter de querer, a Cofip para poder conversar e dialogar conosco, não só através de nota, para que – e mais uma vez eu falo – possamos sanar os problemas.

Eu quero dizer, Sr. Vereador Ricardo Alvarez, que nós..., este tema é um tema que mexe com a imprensa, saiu em todas as grandes mídias do ABC, saiu nas mídias de São Paulo e eu tenho certeza de que teremos o apoio da imprensa para podermos ir a fundo, e aqui, da Casa, das Câmaras, os Vereadores, o meu Presidente Xexéu e os outros membros da Câmara já disseram que darão todo o apoio a esta Comissão para que possamos ir a fundo buscar soluções para esse problema. Inclusive, me mandaram uma mensagem, informando: “Está agora no *SPTV*”. Está porque eles estão cobrindo e nós queremos ir até o fundo para poder encontrar as soluções. Então, nós vamos sair daqui para montar um grupo de trabalho convidando todos os atores que falaram, desde a sociedade civil às lideranças comunitárias; aos especialistas; à Dra. Maria Angela, que detém o estudo; aos membros institucionais das Câmaras e do setor público para que possamos formar um grupo de trabalho, nos debruçarmos

e tomarmos medidas para entendermos e tentarmos encontrar soluções para esse problema.

Eu queria, aqui, franquear a palavra agora para uma saudação de encerramento, nos últimos dez minutos que temos, para cada um desses, se comprometendo nessa intenção: “Olha, estamos juntos. Vamos em busca de soluções”. Eu quero começar pela Cetesb, que foi muito mencionada. Eu tenho certeza de que poderemos contar com todos e a partir daí, em seguida, não hoje, mas tiraremos uma outra data para nos reunirmos a fim de darmos continuidade a este trabalho.

Então, pergunto se o Sr. Cristiano está presente ou a Sra. Maria Lucia para falar em nome da Cetesb.

O SR. CRISTIANO KENJI IWAI – Houve muitas perguntas, muitos questionamentos que, infelizmente, o tempo aqui não permite aprofundarmos. Mas acho que é importante deixar claro que a Cetesb vem agindo com total transparência. De fato, nós somos fiscalizados constantemente. Estamos prestando contas para a sociedade, prestamos conta para o Ministério Público e estamos aqui hoje, nesta Audiência, para esclarecermos o que for necessário. Qualquer questionamento que nos chegar está sendo respondido e vai continuar sendo respondido, todas as informações requeridas pela Comissão serão providenciadas. Ainda não recebemos oficialmente essa requisição, mas recebendo, com certeza, vamos atendê-la. Mas é importante deixar claro: a Cetesb não começou a atuar nesse caso em março. Nós atuamos historicamente na fiscalização do Polo Petroquímico, assim como em qualquer outra empresa, mais especificamente em função dessas ocorrências, a partir de outubro isso foi intensificado. E a partir do momento em que se identificou as lideranças locais, nosso grupo entrou em contato e está fazendo reuniões, prestando os esclarecimentos e tentando trabalhar de forma conjunta com as lideranças locais.

De fato, nós temos a limitação de trabalhar dentro da legalidade. Então, até foi questionado o valor das autuações. De fato, nós temos de trabalhar com o que está estabelecido na legislação. Nós não podemos aplicar uma multa não prevista em lei. Então, foi, ali, um valor máximo previsto na legislação e é o que está dentro de nosso limite de autuação.

Acho que um outro ponto que eu achei importante colocar é de que, de fato, sabemos que existem vários registros de reclamação, mas para nós podermos ter uma atuação da Cetesb, o agente tem de comparecer ao local e tem de constatar. Então, isso está intensificado e nós estamos na região constantemente, independentemente de ter reclamação ou não, e se constatada qualquer irregularidade nós vamos atuar e vamos buscar fazer as exigências, buscar as melhorias necessárias para que isso seja minimizado.

Eu vou passar para a Lucia, se ela quiser complementar e, mais uma vez, estamos à disposição com total transparência e vamos atender qualquer solicitação que nos for encaminhada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Eu agradeço, Sr. Cristiano. Peço que seja breve a fala da Sra. Maria Lucia Guardani, para que possamos atingir o nosso tempo.

A SRA. MARIA LUCIA GONÇALVES GUARDANI – Eu agradeço a todos, a paciência e a oportunidade. Realmente, é importantíssimo saber que nós estamos juntos com a população no equilíbrio do meio ambiente. Toda a reclamação será bem-vinda porque, nem sempre, um simples equipamento pode determinar qual é o poluente. Às vezes, precisamos dessa informação. Então, nós estamos juntos com a população para melhorar a qualidade de vida. Essa é a função da Cetesb. Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Maria Lucia. Contaremos com a senhora nesse grupo depois, também para continuar esse trabalho. Muito obrigado pela presença.

Eu quero saber se o Sr. Elio está presente e se quer fazer uma saudação final. (Pausa). Enquanto o Sr. Elio abre o microfone, eu quero dizer que todas as pessoas podem mandar contribuição, pergunta, o seu relato para o e-mail meioambiente@saopaulo.sp.leg.br. Podem mandar sugestões, perguntas, críticas, o que quiserem neste e-mail para que possamos ir adensando a este trabalho.

Sr. Elio Lopes com a palavra.

O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS – A população reclama daquilo que ela vê, daquilo que ela sente. Muitas vezes, o poluente está aí, está havendo uma emissão de poluente e ela não está percebendo isso, seja através do processo produtivo, através do próprio equipamento de controle, talvez alterado, e ela acaba não percebendo. E essas emissões, às vezes, são aquelas que acabam causando problemas de saúde pública. Mas ela identificou aqui três pontos importantes, que é o odor e, aí, nós temos uma legislação, que é o artigo 33, do regulamento da Lei 997, que diz que não pode haver emissão de substâncias odoríferas fora do limite da área de propriedade da fonte emissora, mas é uma substância, como diz Maria Lucia, que não está lá no padrão. Não existe padrão para odor e é assim no mundo todo.

No início da Cetesb, lá nos anos 68, quando saiu a legislação em 76, a legislação trazia, elencava uma série de substâncias odoríferas: mercaptano, benzeno, estireno, amônia. Com o passar do tempo, esse elenco de prioridades foi suprimido e por quê? Porque, muitas vezes você tem uma mistura de elementos, por exemplo, em refinaria, hidrocarboneto com fenóis, enfim, uma série de elementos que dá uma substância odorífera que não dá para caracterizar exatamente o que é. E isso, a estação na rede, mas causa incômodo para a população. Então, o *flare* também é responsável, às vezes, pela emissão desses poluentes de odor, por estar mal dimensionado; muitas vezes, por estar mal operado.

Um outro caso é o ruído, que também está relacionado ao *flare*, porque o *flare* pulsa em função da vazão de gás, de vapor, e acaba causando não só a questão do ruído, mas uma vibração, que é muito prejudicial à saúde da população também.

É esse mesmo *flare* que também emite o pó preto, oriundo de fornos, de caldeiras que possam ser mal operados. Essa substância que a população reclama, que é o pó preto, ela não é um simples pó preto. Ela é um elemento cancerígeno, porque são hidrocarbonetos aromáticos policíclico e benzopireno, que são formados a partir da combustão incompleta desses gases. Essa é uma das razões pela qual a Cetesb faz, inclusive, fiscalização através da Escala de Ringelmann em caminhões, para não soltarem fumaça preta; em caldeiras e em

outros equipamentos, e por quê? Porque ela sabe que isso é prejudicial, é cancerígeno à população.

Portanto, dizer que as emissões do Polo de Capuava não causam danos, que não são problema para a saúde, é uma falácia. O Dr. Galvanese falou aqui com bastante propriedade a possibilidade, ou melhor, a necessidade de identificar substâncias responsáveis por esse problema de Saúde Pública, essas emissões são a fonte responsável.

A isso se chama modelo receptor, a Cetesb precisa mudar a sua forma de agir, precisa fazer o modelo receptor. Isso foi feito em Cubatão, quando fizemos o Plano de Controle Ambiental de Cubatão. Ou seja, havia três, quatro fábricas, às vezes, de fertilizantes emitindo o mesmo tipo de fertilizantes, mas é possível porque cada uma tem uma matéria prima, um insumo básico, que lhe dá uma característica da impressão digital. E aí você coleta amostra na fonte emissora e coleta amostra no filtro da estação telemétrica, submetendo à análise de raio X e identificando quem é quem nessa história. Acho que precisamos evoluir um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sr. Elio, estamos com o horário esgotado.

O SR. ELIO LOPES DOS SANTOS – É essa a contribuição que gostaria de trazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Agradeço muito a contribuição, sei que o senhor pode agregar muito mais com o seu conhecimento a esse trabalho que iremos realizar e com certeza teremos outra oportunidade, mas temos de entregar o espaço virtual porque haverá outra Audiência de outro segmento. Agradeço mais uma vez.

Pergunto se o Sr. Carlos Bocuhy quer fazer uma saudação final, se estiver presente.

O SR. CARLOS BOCUHY – Sim. Acredito que estamos diante de um desafio que nos traz, não dentro dos poluentes clássicos, mas a questão trazida pela pesquisa da Dra. Maria Angela, e a conclusão disso é que seja por substâncias específicas, seja pela sinergia das emissões, se isso está ocorrendo na região do Polo, também pode estar ocorrendo nos

demais polos petroquímicos brasileiros.

Como se trata de uma inovação da literatura médica, e isso a Dra. Maria Angela está fazendo muito bem em nível de pesquisa, o que está em jogo aqui não é apenas o controle da poluição do Polo, mas sim a inauguração de uma nova metodologia para solucionar o problema que pode estar afetando muitos brasileiros.

Então é essa minha mensagem e dizer que nesse aspecto a Cetesb tem uma grande responsabilidade de diagnóstico e de identificação, por isso já me referi à vinculação com a questão da Saúde Pública.

Essa é minha contribuição, diria que o apelo do Engenheiro Elio Lopes nesse processo é fundamental, porque não é só um Engenheiro Químico, mas além de ter grande experiência com polo petroquímico, foi implementador do Sistema de Controle de Poluição de Cubatão. Então é uma experiência técnica imperdível em situações como essa, principalmente numa posição mais independente, do lado da sociedade.

É isso. Muito obrigado e parabéns pelo evento.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Dr. Carlos Bocuhy, pela manifestação e colaboração nesta Audiência Pública. Tenha a certeza de que teremos outras oportunidades de trabalharmos nesse sentido juntos, porque queremos ir além, como já disse aqui.

A Sra. Patrícia está presente para fazer uma saudação final, da Covisa e da Secretaria Municipal da Saúde.

A SRA. PATRÍCIA SALEMI – Sim. Quero agradecer a participação e falar para as participantes, anotei o nome de algumas, da Talita, da Raquel e da Carmem, mas todos que participaram e expuseram os problemas que estão tendo. A Secretaria da Saúde está mobilizada com isso, desde o momento que chegou a denúncia aqui, estamos trabalhando com esses dados, para ver em números, porque o mundo gira em torno de números, para ver essas alterações relacionadas à saúde de vocês da região.

Então ficamos à disposição para contato, vou deixar aqui embaixo o *e-mail*. A

Carmem tinha falado de uma melhor conversa com a Assistência em Saúde, Assistência Básica, já está anotado aqui, vou repassar para a Magali assim que ela voltar de férias, uma conversa entre, porque a Assistência é diferente da Coordenadoria de Vigilância, estrutura hierárquica, então será passado, fica tranquila Carmem, para poder identificar essas pessoas.

Estamos à disposição e junto com vocês. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Patrícia, pela contribuição e presença.

A SRA. MAGALI ANTÔNIA BATISTA – Posso dar uma palavrinha? É a Magali, da Vigilância em Saúde Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sra. Magali, estamos encaminhando para o encerramento da Audiência.

A SRA. MAGALI ANTÔNIA BATISTA – É só para agradecer o convite e dizer que a Vigilância em Saúde Ambiental, da Secretaria Municipal da Saúde, está à disposição para participar desse grupo e poder dar as suas contribuições.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, eu que agradeço a participação e contaremos sim com a participação da Vigilância em outras oportunidades.

Gostaria de franquear a palavra para a Dra. Maria Angela, para suas considerações finais. Está presente?

A SRA. MARIA ANGELA ZACCARELLI MARINO – Sim, estou presente. Boa tarde a todos, gostaria muito de agradecer a minha participação nesta reunião. Fiquei com algumas dúvidas quanto ao Sr. Cristiano e a Sra. Maria Lucia, da Cetesb.

Gostaria de informar para o Sr. Elio que realmente o Instituto de Química já publicou um trabalho a respeito de substâncias cancerígenas, como o senhor se referiu.

E gostaria também de deixar essa pergunta para uma próxima oportunidade, para o Sr. Cristiano, que falou dos COVs, que há muito tempo não se faz, e gostaria de deixar para os dois que, numa próxima reunião, que nos listassem todos os elementos químicos que são

realmente detectados pela Cetesb, ali na região, que faz parte dos nossos estudos.

Quero agradecer, muito obrigada. Estou à disposição e vamos cuidar da Saúde, que é o nosso objetivo maior, porque o nosso maior valor é a saúde.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado pela contribuição importante, pela disposição de trazer essa contribuição ao debate, Dra. Maria Angela Zaccarelli, e dizer que depois vou pedir esse questionamento por escrito, para que possa fazer um requerimento da Comissão, inclusive, para documentarmos oficialmente, institucionalmente esses questionamentos aos outros órgãos, para termos uma resposta que possa ser arquivada nos Anais da Casa. Mais uma vez, muito obrigado.

Franquio a palavra, para o encerramento e saudação final, ao Vereador Ricardo Alvarez.

O SR. RICARDO ALVAREZ – Quero dizer aos participantes, quem for de Santo André, pode entrar em contato com a Câmara Municipal de Santo André, e mandar um *e-mail* também, ou nas nossas redes sociais, Professor Ricardo Alvarez, que nós também vamos agitar o Município de Santo André e vamos entrar em contato com Mauá também, para que Mauá se incorpore a essa Comissão de Trabalho. E agora, à luz das falas, montar a Comissão de Trabalho, fazer um cronograma de trabalho e buscar efetivamente solução para esses problemas.

De novo, parabéns, Vereador Alessandro Guedes, pela Audiência. Parabéns aos participantes, público presente. E vamos montar essa Comissão de Trabalho e fazer a coisa acontecer.

Muito obrigado e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Agradeço mais uma vez a participação de todos. Muito obrigado a todos os convidados que estiveram presentes, Dra. Maria Angela, Sra. Maria Lucia Guardani e Sr. Cristiano Kenji, Sr. Carlos Bocuhy, Sra. Magali e Patrícia, Sr. Rodrigo Ravena e Sr. Elio Lopes. Agradecer à Assessoria da Mesa, Sr. Roberto,

que trabalhou bastante, os Vereadores que participaram, Wagner Lima, de Santo André, Vereador Rodrigo Goulart, Vereador Xexéu Tripoli, Presidente desta Comissão e Vereador Danilo do Posto de Saúde.

Dizer que estamos imbuídos de encontrar uma solução. Agradecer a participação de todos, pedir desculpas para aqueles que não conseguiram se manifestar e pedir que se manifestem pelo *e-mail*, que já está no *chat*, no grupo do *Whatsapp*, *meioambiente@saopaulo.sp.leg.br*, para que possamos aqui produzir material, conteúdo, requerimentos que possam nos subsidiar nessa luta.

Mais uma vez, muito obrigado. E a nossa luta está apenas começando. Inclusive, há um questionamento, uma preocupação e uma constatação, se faltaria patrocínio para a realização de uma pesquisa, de uma investigação mais aprofundada sobre o problema. Quem sabe possamos evoluir com um patrocínio público ao final dos nossos trabalhos. Seria através da Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, queremos encontrar soluções, esse é nosso objetivo.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **18349** DATA: **29/04/2021** FL: **60** DE 61
